

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	14
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	15
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	16
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	22
2.2 Resultados operacional e financeiro	27
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	28
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	29
2.5 Medições não contábeis	30
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	38
3.2 Acompanhamento das projeções	39

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	40
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	47
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	48
4.4 Processos não sigilosos relevantes	50
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	57
4.6 Processos sigilosos relevantes	58
4.7 Outras contingências relevantes	59
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	60
5.2 Descrição dos controles internos	62
5.3 Programa de integridade	64
5.4 Alterações significativas	67
5.5 Outras informações relevantes	68
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	69
6.3 Distribuição de capital	74
6.4 Participação em sociedades	75
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	76
6.6 Outras informações relevantes	77
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	78
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	81
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	82
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	83
7.4 Composição dos comitês	91
7.5 Relações familiares	93
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	94
7.7 Acordos/seguros de administradores	99
7.8 Outras informações relevantes	100
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	101

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	105
8.3 Remuneração variável	109
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	111
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	112
8.6 Outorga de opções de compra de ações	113
8.7 Opções em aberto	114
8.8 Opções exercidas e ações entregues	115
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	116
8.10 Outorga de ações	117
8.11 Ações entregues	118
8.12 Precificação das ações/opções	119
8.13 Participações detidas por órgão	120
8.14 Planos de previdência	122
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	123
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	124
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	125
8.18 Remuneração - Outras funções	126
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	127
8.20 Outras informações relevantes	129
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	130
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	132
9.4 Outras informações relevantes	133
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	134
10.1 Descrição dos recursos humanos	135
10.2 Alterações relevantes	140
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	141
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	143
10.5 Outras informações relevantes	144
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	145

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	146
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	147
11.3 Outras informações relevantes	148
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	149
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	150
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	151
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	152
12.5 Mercados de negociação no Brasil	153
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	154
12.7 Títulos emitidos no exterior	155
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	156
12.9 Outras informações relevantes	157
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	158
13.1 Declaração do diretor presidente	159
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	160
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	161

1.1 Histórico do emissor

1.1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia foi fundada em 15 de janeiro de 1870, pelo emérito Comendador José Pinto da Silva Moreira, que exerceu a sua direção pelo período de 36 anos.

A partir de 1906, a Presidência da Companhia foi ocupada pelo Diretor Comendador José Rodrigues Pedreira durante o período de 44 anos.

Em seguida, a Presidência da Companhia foi assumida pelo Dr. Pamphilo Dutra Freire de Carvalho, que a exerceu até o ano de 1951. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na data de 29 de janeiro de 1952, foi eleito o seu sucessor, sendo escolhido o Dr. Pamphilo Pedreira Freire de Carvalho, reconduzido para a Presidência da Diretoria por vários mandatos, sendo, também, o primeiro a assumir o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, órgão criado pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vindo a ser reeleito sucessivamente até o ano de 1996.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de março de 1997, foi eleito o Sr. Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho, Diretor da Companhia desde 1964, para assumir o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. O Sr. Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho permaneceu nos cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Companhia até o exercício social de 2018, quando foi substituído, respectivamente, pelos Srs. José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho e Silvano Gianni. Ressaltamos que todas essas administrações foram e vêm sendo conduzidas com profícua sabedoria, desfrutando de credibilidade nos meios sociais, comerciais e financeiros.

Organizada sob o nome de “Companhia Aliança da Bahia”, foi autorizada a operar em Seguros Marítimos e Terrestres pelos Decretos 4.529 e 4.785 de, respectivamente, 30.05.1870 e 06.09.1871. Tais autorizações foram confirmadas pela Carta Patente nº 16, de 17 de junho de 1903. A Companhia obteve a sua atual denominação em 17 de maio de 1948, constante do Decreto nº 24.972.

Em 1973, foi concedida pela Superintendência de Seguros Privados- SUSEP a Carta Patente nº 462, com o objetivo de ampliar suas operações em seguros do ramo vida.

Em 19 de dezembro de 2019, os membros do Conselho de Administração deliberaram o encerramento das atividades da sucursal do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, Companhia opera, hoje, em sua matriz em Salvador e em sucursal no estado de São Paulo.

Além disso, em reunião realizada em 20 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram o encerramento das operações da Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S/A, que se encontra em processo de liquidação voluntária desde 02.08.2019, data da aprovação, pela Diretoria, do respectivo Plano de Liquidação Voluntária da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada na data de 16 de janeiro de 2023, foi deliberada a adoção do nome de fantasia “ALBA SEGURADORA”, com isso a Companhia buscou integrar tradição e modernidade.

1.1 Histórico do emissor

As decisões políticas setoriais e macroeconômicas não afetaram os negócios da Companhia. Além disso, nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não sofreu perdas ou sinistros relevantes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023. A referida operação foi consumada em 19 janeiro de 2024, tendo a Companhia se tornado uma subsidiária integral da ALBA Participação em Seguradoras Ltda., que por sua vez é uma subsidiária integral da Companhia de Participações Aliança da Bahia, encerrando-se, também naquela data, a negociação das ações de emissão da ALBA na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os tickers CSAB3 e CSAB4.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia, constituída em 1870, tem por objeto social operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos. Atualmente, os ramos principais em que a Companhia opera são aqueles relacionados a seguros de vida e acidentes pessoais, além de sua participação no consórcio DPVAT até dezembro de 2020, quando foi deliberada sua extinção.

A partir do segundo semestre de 2010, a Companhia deixou de auferir receita da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, com cotação de prêmios, bem como suspendeu a cobertura de responsabilidade civil de veículos (RCF Veículos). Por conseguinte, as operações de cosseguros aceitos foram suspensas, restando os acertos de operações que se encontravam em curso, permanecendo no (run-off) de sinistros a liquidar.

Em 20 de março de 2019, o Conselho de Administração deliberou encerrar as atividades da subsidiária integral da Companhia no Uruguai, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. A sociedade encontra-se em processo de liquidação voluntária, tendo a Diretoria aprovado, em 2 de agosto de 2019, seu Plano de Liquidação Voluntária.

Em 19 de dezembro de 2019, os membros do Conselho de Administração deliberaram o encerramento das atividades da sucursal do estado do Rio de Janeiro, de modo que, atualmente, a Companhia opera em sua matriz, em Salvador, e na sucursal de São Paulo.

Em 2022, em continuidade ao projeto de revitalização das operações da Companhia que vem sendo conduzido pela Diretoria da Companhia, foi aprovado o plano de lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida). Com os investimentos executados ao longo dos últimos anos e os planejados para os exercícios sociais subsequentes, a administração acredita que o lançamento de novos produtos marca um passo importante para revitalização das atividades operacionais da Companhia, que, desde 2010, vinha operando exclusivamente no consórcio DPVAT, cuja dissolução foi aprovada pelos consorciados em novembro de 2020, e no run-off de seguros a liquidar, relativamente às operações já contratadas. Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou a retomada das negociações com a Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Aliança Participações”) no sentido de promover uma reorganização visando à otimização da estrutura societária do grupo Aliança (“Reorganização”).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

(a) produtos e serviços comercializados:

A Companhia tem como objeto social as operações de seguros e resseguros nos segmentos de danos e pessoas. Nos exercícios sociais de 2022 e 2021, os principais ramos operados foram: (i) Acidentes pessoais; e (ii) Vida em grupo.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receitas das Operações	2022		2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Prêmios de Seguros emitidos	231	5,1%	598	20,7%
Acidentes Pessoais	9	0,2%	5	0,2%
Vida em Grupo	222	4,9%	593	20,5%
Varição das provisões técnicas	75	1,7%	572	19,8%
Acidentes Pessoais	-	0,0%	-	0,0%
Vida em Grupo	75	1,7%	572	19,8%
Prêmios de Seguros Ganhos	306	6,7%	1.170	40,5%
Acidentes Pessoais	9	0,2%	5	0,2%
Vida em Grupo	297	6,5%	1.165	40,3%
Outras Receitas de Seguros	4.230	93,3%	1.721	59,5%
Recepção e regulação – DPVAT ¹	302	6,7%	1.685	58,3%
Outras Receitas ²	3.928	86,6%	36	1,2%
Total	4.536	100,0%	2.891	100,0%

¹ Receita pela prestação de serviços de recepção e regulação de sinistros do Consórcio DPVAT.

² A Companhia obteve êxito em um processo judicial do ramo de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo, segmento danos, tendo reconhecido no resultado o valor de R\$ 3.813 em Outras receitas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:

	Danos		Pessoas		Outros ¹		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prêmios de Seguros emitidos	-	-	231	598	-	-	231	598
Varição das provisões técnicas	-	-	75	572	-	-	75	572
Prêmios de Seguros Ganhos	-	-	306	1.170	-	-	306	1.170
Outras Receitas de Seguros	3.906	18	22	18	302	1.685	4.230	1.721
Receitas das Operações	3.906	18	328	1.188	302	1.685	4.536	2.891
Sinistros ocorridos líquidos de resseguro	41	1.500	(134)	(86)	(4)	210	(97)	1.624
Custos de Aquisição	-	-	(15)	(34)	-	-	(15)	(34)
Outras Despesas de Seguros	(2.334)	(646)	(243)	131	(95)	(38)	(2.672)	(553)
Resultado Bruto	1.613	872	(64)	1.199	203	1.857	1.752	3.928
Resultado financeiro	(1.640)	(2.153)	(583)	(780)	(7)	(19)	(2.230)	(2.952)
Lucro líquido do exercício	(27)	(1.281)	(647)	(780)	196	1.838	(478)	976
(% representatividade com o lucro líquido)	-0,1%	-13,8%	-3,5%	-8,4%	1,1%	19,7%	-2,6%	10,5%

¹ Contempla Regulação e Recepção DPVAT e outros resultados da operação compartilhados para todos os segmentos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

A Companhia tem por objeto social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, operando, atualmente, em acidentes pessoais e vida. Além disso, a Companhia participou, até dezembro de 2020, do consórcio DPVAT. Não há, portanto, processo produtivo.

b. Características do processo de distribuição

A distribuição dos produtos da Companhia é feita mediante a celebração de apólices de seguro, emitidas por corretores independentes, que representam o único canal de vendas da Companhia. A Companhia opera com os ramos vida e acidentes pessoais, por meio de dois corretores, e com o consórcio DPVAT (até dezembro de 2020), sem corretor. A Companhia esclarece que, neste processo, não são utilizadas empresas controladas ou de propriedade do acionista controlador da Companhia.

c. Características dos mercados de atuação, em especial

Os seguros, em geral, podem ser contratados através de corretores habilitados, ou canais de massificação como bancos ou outros. A Companhia efetua as emissões das apólices de seguros através de corretores, conforme mencionado no item acima. Os seguros relacionados aos órgãos públicos, se operados, são feitos por meio de licitação, enquanto os relacionados aos particulares são feitos por meio de negociação.

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia atualmente opera exclusivamente no setor privado.

ii. Condições de competição nos mercados

De acordo com informações constantes do 10º Relatório Anual de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, emitido pela SUSEP em maio de 2022, os mercados brasileiros de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros vêm experimentando grande avanço no que se refere à gama de produtos oferecidos. Nos últimos vinte anos, observa-se um substancial aumento no volume de receitas, e uma crescente participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Esse desempenho deve-se principalmente à conquista da estabilidade econômica, após longo período de inflação elevada, aliada ao aperfeiçoamento do arcabouço normativo por parte da SUSEP, e à adoção de políticas de incentivo governamental, especialmente para produtos que envolvem captação de poupança de longo prazo. Tal desempenho tem contribuído para uma maior eficiência do sistema financeiro nacional, impulsionando o crescimento econômico do país, com alocação eficiente de recursos, gerenciamento de riscos e captação de poupança de longo prazo.

Segundo a publicação Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) de fevereiro de 2023, o setor de seguros (sem Saúde Suplementar e DPVAT) encerrou 2022 com expansão de 16,2% em sua arrecadação sobre 2021 e movimentou R\$ 355,9 bilhões em prêmios de seguros, contribuições em previdência privada e faturamento de capitalização.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No desempenho mensal, o setor de seguros (sem Saúde e DPVAT) arrecadou R\$ 33,7 bilhões em prêmios de seguros, contribuições em previdência privada e faturamento de capitalização em dezembro, representando um crescimento de 8,5% sobre o mesmo mês de 2021.

d. Eventual sazonalidade

No caso da Companhia, a atividade do ramo de seguros não está sujeita à sazonalidade. No entanto, embora não apresente variações significativas de volume de prêmios no decorrer do exercício social, é possível que sejam apresentadas alterações excepcionais na sinistralidade em decorrência de (i) eventos climáticos, (ii) alterações na frequência de utilização de serviços ou (iii) alterações na concentração de vencimento ou renovações de apólices, que podem afetar significativamente o volume dos prêmios da Companhia.

e. Principais insumos e matérias primas, informando: (i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) Eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) Eventual volatilidade em seus preços:

Não aplicável à atividade de seguros.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando: a. montante total de receitas provenientes do cliente; b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes isoladamente responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, sendo esta composta por prêmios de seguros contratados com particulares.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há, na Companhia, concentração de receita por cliente.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;

A Companhia é autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a quem também compete a supervisão das suas atividades.

A Companhia foi autorizada a operar em Seguros Marítimos e Terrestres pelos Decretos 4.529 e 4.785 de, respectivamente, 30 de maio de 1870 e 06 de setembro de 1871. Tais autorizações foram confirmadas pela Carta Patente nº 16, de 17 de junho de 1903. A atual denominação da Companhia remonta a 17 de maio de 1948, conforme o Decreto nº 24.972.

Em 1973, foi concedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a Carta Patente nº 462, com o objetivo de ampliar suas operações em seguros do ramo Vida.

Atualmente, com relação à formação do preço dos seguros comercializados, a SUSEP determina a elaboração de dois documentos: (i) no primeiro, a seguradora apresenta ao órgão as “Condições Contratuais” para cada ramo de seguro que pretende operar; e (ii) no segundo, a “Nota Técnica Atuarial”, a seguradora fixa suas taxas de seguros, que, aplicadas aos capitais segurados, resultam no preço cobrado por contrato. Essas taxas são dimensionadas a partir das características dos interesses a serem garantidos e das probabilidades de ocorrência dos sinistros.

Como os ramos atualmente operados pela Companhia independem de aprovação prévia da SUSEP, os documentos exigidos são registrados no órgão regulador, obtendo-se, de imediato, a autorização para a comercialização.

Além disso, a Companhia também está sujeita à regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que a concedeu o registro de companhia aberta categoria A, permitindo-lhe emitir e ofertar publicamente valores mobiliários em geral. Além de conceder registro para emissores, a CVM também é competente para (i) registrar ofertas públicas de valores mobiliários, (ii) expedir normas relacionadas ao funcionamento do mercado de valores mobiliários, (iii) fiscalizar o comportamento dos participantes do mercado de valores mobiliários e (iv) punir administrativamente ilícitos eventualmente identificados.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor;

A Política de Sustentabilidade, divulgada no site da Companhia, visa ao desenvolvimento sustentável da Companhia, em consonância com sua missão, seus objetos estratégicos e o plano de negócios, e é aplicável a todos os produtos oferecidos e serviços prestados pela Companhia, bem como a todas às partes interessadas, tais como Administradores, colaboradores, parceiros, clientes e fornecedores.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(c) dependências de patentes de licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento marcas, das atividades;

Não se aplica ao ramo de atuação da Companhia.

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos;

A Companhia não efetuou contribuições financeiras, direta ou indiretamente, a ocupantes ou candidatos a cargos publicos.

ii. em favor de partidos políticos;

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos:

A Companhia não efetuou contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

- 1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:
- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
 - b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia não possui clientes no exterior.

A sociedade Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. – atualmente em processo de liquidação – é administrativamente independente da Companhia, sendo seu resultado refletido no balanço patrimonial da Companhia por equivalência patrimonial. A equivalência patrimonial da Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. referente ao exercício de 2022 gerou o reconhecimento, pela Companhia, de um prejuízo de R\$ 758 mil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira. Conforme mencionado no item 1.7, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay é independente administrativamente e está sujeita à legislação do país em que atua. A referida companhia está em processo de liquidação voluntária.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade; b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento; c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso; d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado; e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor; f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor; g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas; h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas; i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG, (ii) a não adoção de matriz de materialidade, (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG, (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas, (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas, (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa:

A Companhia está avaliando e implementando o programa de sustentabilidade para o integral cumprimento da circular nº 666/2022 da SUSEP e informa que serão divulgadas as respostas detalhadas no formulário do próximo ano.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista: a. interesse público que justificou sua criação; b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando: i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”; ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas; c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício de 2022, a Companhia alienou imóveis (salas/ apartamento) e um terreno no valor total de R\$ 2.090 mil. As operações foram realizadas com base no laudo de mercado de engenharia de avaliação, pelo Valor de Liquidação Imediata (VLI) e elaborados através dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e recomendações de associações de classe como IBAPE -Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Além disso, a Companhia assinou contratos de promessa de compra e venda no formato de permuta financeira, referentes a dois terrenos. Quando cumpridas as obrigações definidas e implementadas as condições precedentes, serão celebradas as escrituras definitivas de compra e venda dos terrenos abaixo individualizados:

- (a) Um terreno localizado, na Avenida Professor Paulo Almeida, bairro do Garcia, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com área total de 11.625,00 m². A operação teve como contraparte terceiro não relacionado a Companhia;
- (b) terreno localizado na cidade de Lauro de Freitas – estado da Bahia, na Rua Luiz Tarquínio, nº 2442 - Centro, com área total de 8.580,00 m². A operação teve como contraparte terceiro não relacionado a Companhia.

Esses terrenos foram classificados como mantidos para venda, sendo mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo menos as despesas de venda.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve operações de fusão, cisão, aumento ou redução de capital em 2023.

Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, nos termos do “Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da Companhia de Seguros Aliança da Bahia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia” (“Incorporação de Ações”), celebrado pelas administrações de ambas em 23 de novembro de 2023.

Nos termos daquele documento, a consumação da Incorporação de Ações ocorreria no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data (i) em que as companhias confirmassem que não fariam uso da faculdade prevista no artigo 137, § 3º, da Lei das S.A.; ou (ii) da assembleia geral extraordinária que ratificasse a Incorporação de Ações, conforme aplicável.

Em 15 de janeiro de 2024, encerrou-se o prazo para exercício do direito de retirada pelos acionistas dissidentes da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2023 (“AGE”).

Diante disso, a ALBA apurou que, durante aquele prazo, acionistas titulares de 1.368 (mil trezentas e sessenta e oito) ações de emissão da Companhia, correspondentes a 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do total de ações de emissão da ALBA, exerceram o direito de retirada. Os acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada foram reembolsados pelo valor patrimonial contábil de R\$ 24,72 (vinte e quatro reais e setenta e dois centavos) por ação, apurado com base nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O crédito nas respectivas contas ocorreu no dia 19 de janeiro de 2024.

Ainda no dia 19 de janeiro de 2024, a Incorporação de Ações foi consumada, com a atribuição de 0,8 ação ordinária de emissão da Companhia de Participações Aliança da Bahia para cada ação ordinária de emissão da Companhia, e 0,8 ação preferencial de emissão da Companhia de Participações Aliança da Bahia para cada ação preferencial de emissão da Companhia. Nessa mesma data, encerrou-se a negociação das ações de emissão da ALBA na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os tickers CSAB3 e CSAB4. Também na mesma data, houve a contribuição, pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, ao capital social de sua subsidiária integral ALBA Participação em Seguradoras Ltda. da totalidade das ações de emissão da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2024, a ALBA Participação em Seguradoras Ltda., na qualidade de única acionista da Companhia, aprovou: (i) o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, na categoria A, perante a CVM, nos termos do artigo 55, caput e § 1º, da Resolução CVM nº 80/22, sem a necessidade de realização de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro, haja vista a inexistência de valores mobiliários de emissão da Companhia em circulação; (ii) o cancelamento de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia bem como o cancelamento da listagem da Companhia perante a B3; e (iii) a alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, que passou a vigorar com a

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

seguinte redação: “Artigo 1º – A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”) é uma sociedade anônima registrada perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e rege-se por este Estatuto, pela Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.”

Em razão dessas deliberações, a administração da Companhia foi autorizada a submeter à CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta, na categoria A de emissores, e submeter à B3 pedido de cancelamento de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de cancelamento de listagem, bem como a adotar todas as demais providências necessárias para esse fim perante terceiros, incluindo, sem limitação, todas e quaisquer repartições e autoridades públicas, instituições depositárias e entidades prestadoras de serviço de custódia e registro e entidades integrantes do mercado organizado.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Em 11 de setembro de 2023, foi celebrado um acordo de acionistas entre José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho, Thereza de Almeida Gonçalves Tourinho, Adrecor Administração Ltda., Patrimonial Mundo Novo Ltda. e HGT Construção, Reforma e Manutenção de Imóveis Ltda. – EPP, nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76 (“Transação e Acordo”), tendo sido aditado em 12 de dezembro de 2023, sob as seguintes condições suspensivas: (i) a consumação da incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia e (ii) a subsequente contribuição, pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, daquelas ações ao capital social de sua subsidiária integral, ALBA Participação em Seguradoras Ltda. O referido aditivo foi celebrado com o objetivo de estender à ALBA Participação em Seguradoras Ltda. os efeitos da Transação e Acordo e das obrigações dele decorrentes.

Em razão da consumação da Incorporação de Ações, em 19 de janeiro de 2024, a ALBA Participação em Seguradoras Ltda. tornou-se a única acionista da Companhia, extinguindo-se, portanto, o acordo de acionistas da Companhia. Não obstante, a Transação e Acordo, conforme aditada, permanece válida entre os signatários acima mencionados, agora na qualidade de acionistas da Companhia de Participações Aliança da Bahia.

A íntegra da Transação e Acordo e de seu respectivo aditamento está disponível na sede da Companhia de Participações Aliança da Bahia, e pode ser encontrada nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.aliancaparticipacoes.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm).

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Este item não é aplicável, considerando que não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios, já que são conduzidos de forma profissional cumprindo os valores e políticas de governança da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No último exercício social, não foram celebrados contratos relevantes com terceiros que não estejam diretamente relacionados às atividades operacionais da Companhia.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 17 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia deliberou aprovar a retomada de negociações para nova tentativa de incorporação da totalidade de ações de emissão da Companhia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, após a rejeição da matéria pelos acionistas em 30 de junho de 2022.

Desde então, as Diretorias de ambas as companhias se engajaram nas tratativas dos principais termos e condições a serem observados e implementados no âmbito da reorganização, tendo concluído satisfatoriamente a negociação das condições da reorganização (“Reorganização”), contemplando (i) a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Incorporação de Ações”), nos termos do artigo 252 da Lei das S.A. e do “Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da Companhia de Seguros Aliança da Bahia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia”, celebrado em 23 de novembro de 2023; e (ii) a contribuição, pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, ao capital da ALBA Participação em Seguradoras Ltda. (sua subsidiária integral), da totalidade das ações de emissão da Companhia, por meio de aumento de capital a ser inteiramente subscrito e integralizado pela Companhia de Participações Aliança da Bahia.

A Incorporação de Ações foi aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, e consumada em 19 de janeiro de 2024. Informações a respeito dessa operação estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia tem por objeto social as operações de seguros de danos e pessoas e de resseguros de suas próprias operações, tal como definidos na legislação em vigor.

No exercício social de 2022, obtivemos um lucro de R\$ 2,37 por ação, representando um aumento de 95,76% em relação ao exercício anterior, devido, principalmente, ao resultado reconhecido por equivalência patrimonial da coligada Brasilcap Capitalização S.A., que apresentou um crescimento de 6.077% em 2022. Por outro lado, o resultado de equivalência da investida Companhia de Participações Aliança da Bahia apresentou uma redução de 84,79% em relação àquele reconhecido em 2022. Tal redução deve-se ao fato de que, em 2021, referida investida havia reconhecido um ganho não recorrente, fruto da alienação da participação remanescente de 20% na Sociedade Anônima Hospital Aliança, no valor de R\$ 12.655 mil (agosto de 2021).

Cumpre destacar, ademais, que, em 17 de maio de 2022, em decorrência do processo de liquidação voluntária da Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (iniciado em 2019), foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, mais uma redução de capital dessa controlada, no valor de R\$ 2.299 mil (US\$ 463 mil), além da distribuição de dividendos de R\$ 134 mil, e o montante total foi depositado no dia 29 de junho de 2022, convertido pela taxa do dia da operação, totalizando em um recebimento pela Companhia de R\$ 2.602 mil.

Destacamos, ainda, a aprovação do projeto de revitalização das operações de seguros com o lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida). Com isso, a Companhia implementou no decorrer de 2022, medidas para reposicionamento estratégico de suas operações, prospectando oportunidades de negócios e diversificando o portfólio de produtos.

Nesse sentido, a Companhia deu um passo importante, em sua retomada, firmando através de contrato de representação (canal de distribuição) para venda de produtos de seguros com um parceiro varejista, com direito de exclusividade na oferta dos produtos de seguros e assistência nas lojas físicas e meios digitais. Em decorrência dessa parceria, em janeiro de 2023, a Companhia iniciou o processo de vendas do Seguro Garantia Estendida, que visa à proteção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, portáteis, móveis, dentre outros após o vencimento da garantia original do fabricante, gerando tranquilidade e aproveitamento por muito mais tempo com o bem adquirido.

REBRANDING – a Companhia de Seguros Aliança da Bahia fez rebranding e lança nova marca: ALBA SEGURADORA. Foi criada uma nova identidade visual com um nome mais curto, trazendo ainda atributos de uma seguradora com mais de 150 anos de história. O posicionamento reforça o conceito de que o cliente está sempre no centro das atenções, representado por três pilares: tradição, inovação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e brasilidade. Foi inserido ainda na marca, um grafismo autoral, a forma do asterisco que é um símbolo utilizado para dar destaque e chamar a atenção de coisas importantes, representando o tradicional compromisso da Cia com a transparência. Link da apresentação da nova marca: <https://www.alba.com.br/noticias/novamarcaalbaseguradora/>.

As tabelas abaixo, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, indicam: (i) a participação total dos componentes ativo e passivo da Companhia (em milhares de reais); e (ii) a apresentação de quatro índices comprobatórios que demonstram a situação de liquidez da Companhia, tanto patrimonial como financeira:

(Em R\$ mil)	2022	%
Ativo circulante	72.703	18,62
Ativo não circulante	317.734	81,38
Realizável a longo prazo	157.198	49,47
Investimentos	152.323	47,94
Imobilizado	2.881	0,91
Intangível	5.332	1,68
Total	390.437	100
Passivo circulante	22.467	5,75
Passivo não circulante	178.096	45,62
Patrimônio Líquido	189.874	48,63
Total	390.437	100

Índice de Liquidez	2022
Corrente R\$	3,24
Geral R\$	1,15
Valor patrimonial da ação R\$	24,72
Rentabilidade s/patrimônio Líquido inicial	10,49

Complementando as informações das tabelas acima, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou os seguintes indicadores: (i) capital de giro: R\$ 50.236 mil; (ii) índice de liquidez corrente: 3,24 (três vírgula vinte e quatro), ou seja, o seu ativo circulante é 3,24 (três vírgula vinte e quatro) vezes maior do que seu passivo circulante; e (iii) índice de liquidez geral: 1,15 (um vírgula quinze).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido consolidado da Companhia representou R\$ 189.874 mil.

Do montante registrado em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 100.000 mil corresponde à cifra do capital social, que é dividido em 3.840.000 (três milhões, oitocentas e quarenta mil) ações ordinárias e 3.840.000 (três milhões, oitocentas e quarenta mil) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

Atualmente, todas as operações realizadas pela Companhia são integralmente financiadas com capital próprio.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em vista das informações apresentadas nos itens 2.1.a e 2.1.b, a Administração considera que a Companhia se encontra capacitada para honrar todos os compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em vista da situação demonstrada nos comentários apresentados em 2.1.a. acima, não houve necessidade de a Companhia celebrar contratos de financiamentos no exercício social de 2022 para manter seu capital de giro e investimentos em patamares adequado à sua atividade.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No ano de 2022, a Companhia não apresentou deficiências de liquidez, e tampouco há essa expectativa para o exercício social corrente. Por essa razão, a Administração acredita que a Companhia possui recursos próprios suficientes para financiar seu capital de giro e investimentos ordinários em ativos não circulantes previstos para 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O endividamento total da Companhia no exercício de 2022, considerando todo o passivo circulante e o passivo não circulante, aumentou 0,15% (zero vírgula quinze por cento), passando o passivo de R\$ 200.268 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 200.563 mil em 31 de dezembro de 2022.

Além disso, diante da estrutura de capital acima exposta, a Companhia esclarece que não contraiu, no último, exercício social, empréstimos ou financiamentos junto a terceiros, e que tampouco possui relações de longo prazo com instituições financeiras. Não há, portanto, grau de subordinação contratual entre dívidas ou restrições financeiras impostas à Companhia.

De todo modo, a Administração esclarece que, conforme registrado no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as suas demonstrações financeiras, o passivo da Companhia é classificado da seguinte forma: (i) provisões técnicas e judiciais com garantia são equiparadas a dívidas com garantia real, e divididas de acordo com os prazos de vencimento; (ii) todos os demais passivos são equiparados a dívidas quirográficas; e (iii) o passivo circulante, à exceção das provisões técnicas, considera apenas as dívidas com prazo de vencimento inferior a um ano.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme já informado, não existem contratos de financiamento em vigor.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os itens das demonstrações de resultado com alterações mais significativas, e que afetaram o lucro líquido do exercício social de 2022, foram os seguintes:

Resultado de investimentos em participações societárias – Atingiu um resultado positivo no valor de R\$ 36.099 mil, representando um crescimento de 125,66% em comparação com o exercício social de 2021. O resultado apresentado decorreu, quase em sua totalidade, de equivalência patrimonial da investida Brasilcap Capitalização S.A., no valor de R\$ 34.530 mil (versus R\$ 559 mil, no mesmo período do ano anterior).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ganho com ativos não recorrentes- No exercício social de 2022 a Companhia obteve ganhos sobre vendas dos imóveis no valor de R\$ 1.555 mil (versus R\$ 8.594 mil, no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 83,21% em comparação com o exercício social de 2021. Em 2021 ocorreram vendas de outras participações societárias no valor de R\$ 665 mil.

Com relação às alterações significativas no fluxo de caixa da Companhia, houve um consumo de 34% do saldo de disponibilidades da Companhia em 31 de dezembro de 2021, por força, principalmente, da retomada das atividades operacionais da Companhia — que consumiram o valor de R\$ 26.060 mil, sendo R\$ 7.000 mil a título de adiantamento de remuneração por vendas futuras com o contrato de representação (canal de distribuição) para venda de produtos de seguros com um parceiro Varejista — e do pagamento dos dividendos, no valor de R\$ 7.950 mil. Adicionalmente, a Companhia gerou um caixa de R\$ 11.743 mil com investimentos, decorrentes de dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital das suas investidas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Considerando o cenário nacional do setor de seguros e com relação ao desempenho operacional da Companhia, os prêmios ganhos alcançaram o valor de R\$ 306 mil (R\$ 1.170 mil, no mesmo período do ano anterior), considerando o efeito da Variação das Provisões Técnicas de Prêmios positiva de R\$ 75 mil (R\$ 572 mil, no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 73,85% em relação ao exercício anterior.

Em 2022, a Companhia atingiu um resultado positivo com investimento em participações societárias no valor de R\$ 36.099 mil, correspondendo a um crescimento de 125,66% em comparação com o exercício de 2021. O resultado apresentado foi basicamente do efeito de equivalência patrimonial da investida Brasilcap Capitalização S.A no valor de R\$ 34.530 mil (R\$ 559 mil, no mesmo período do exercício anterior).

A Administração nota, ainda, que no exercício de 2022, o resultado da Companhia foi impactado positivamente, pelos ganhos sobre a vendas dos imóveis de R\$ 1.555 mil (R\$ 8.594 mil, no mesmo período do ano anterior).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia não foram materialmente afetados no exercício social de 2022.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não houve variação relevante nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes que provocassem impacto nas receitas da Companhia no último exercício social.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No último exercício social, não houve impacto relevante no resultado operacional, nem no resultado financeiro da Companhia, decorrente da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia no último exercício social que tenha resultado em efeitos significativos sobre as informações anteriormente prestadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ênfase e nem opinião modificada no parecer dos auditores referente às demonstrações financeiras do exercício social de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2022, destacamos a aprovação do projeto de revitalização das operações de seguros com o lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida). Com isso, a Companhia implementou no decorrer de 2022, medidas para reposicionamento estratégico de suas operações, prospectando oportunidades de negócios e diversificando o portfólio de produtos. Ainda não houve impactos nas demonstrações financeiras, mas é esperado que, com a revitalização das operações, a Companhia assuma novos riscos securitários, o que implica na necessidade de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), de acordo com a regulamentação aplicável às sociedades seguradoras, e há expectativa de incremento das receitas operacionais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício de 2022. Em 25 de novembro de 2022, a Companhia transferiu 209.758 ações preferenciais de emissão da Brasilcap Capitalização S.A. de sua titularidade à BB Seguros ao preço de compra de R\$ 1,31 por ação, remunerado pelo CDI acrescido de 1% (um por cento) ao ano, incidente pro rata desde a data de 31 de dezembro de 2021. Tais ações haviam sido adquiridas no aumento de capital da Brasilcap em dezembro de 2021.

c. eventos ou operações não usuais

Em maio de 2022, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (em processo de liquidação voluntária) efetuou uma redução de capital no valor de R\$ 2.299 mil e R\$ 134 mil, com a restituição à Companhia de um saldo de R\$ 2.602 mil.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou medições não contábeis no último exercício social.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não aplicável, tendo em vista que não constaram das últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social quaisquer eventos subsequentes, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

A Companhia constitui as reservas previstas na Lei nº 6.404/76, e seu estatuto social não prevê regras para constituição de reservas estatutárias. Assim, conforme previsto nos artigos 25 e 26 de seu estatuto social e nos termos do artigo 193 da referida lei, a Companhia destina, anualmente, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício à constituição da Reserva Legal, respeitado o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Além das reservas previstas na legislação, eventuais retenções são realizadas com base em orçamento de capital apresentado pela Administração.

Com relação ao exercício social de 2022, a Administração da Companhia propõe à Assembleia a retenção de parte do lucro apurado, no montante de R\$ 14.571.581,53, conforme orçamento de capital constante do Anexo II desta Proposta.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme previsto no artigo 26, parágrafo 2º, de seu estatuto social, após a constituição da Reserva Legal, o Lucro Líquido será ajustado por eventual importância destinada à reserva para contingências, ou pela reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

Em seguida, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido serão distribuídos como dividendos obrigatórios (ressalvadas as hipóteses previstas em lei para a sua retenção), tendo o restante o destino que o Conselho de Administração indicar ad referendum da assembleia geral ordinária.

Além disso, conforme o art. 5º, § 3º, do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

Com relação ao exercício social de 2022, a Administração da Companhia propõe à Assembleia a distribuição de R\$ 4.857.193,84, a título de dividendo mínimo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Em regra, os dividendos da Companhia são distribuídos anualmente. No entanto, conforme autorizado pelo disposto no artigo 27, o Conselho de Administração pode (i) distribuir dividendos intercalares com base nos lucros apurados nos balanços semestrais; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o art. 182, § 1º da Lei das S.A.; (iii) distribuir dividendos intermediários, com base em lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço aprovado pela assembleia geral; e (iv) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir,

2.7 Destinação de resultados

juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos no último exercício social.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de divulgação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem ativos e passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia realizou parte dos investimentos previstos no orçamento de capital, no valor de R\$ 4.761 mil, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2022 com modernização do sistema gestão de TI e Investimentos para lançamento e implantação de novos produtos.

A Administração da Companhia propôs à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2023 a retenção de parcela do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 14.572 mil, amparada em orçamento de capital com validade de 3 (três) anos. Informações adicionais constam do orçamento de capital.

ii. **fontes de financiamento dos investimentos**

Observado o item acima, os investimentos realizados pela Companhia em exercícios anteriores foram financiados pela aplicação de recursos próprios. Os investimentos previstos serão igualmente financiados com recursos próprios, conforme orçamento de capital preparado pela Administração e constante do Anexo II desta Proposta, que é ora apresentado à Assembleia.

iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não existem previsões para desinvestimentos relevantes, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento.

b. **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

A Companhia não adquiriu ou pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. **novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Foi aprovado um plano de lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida). O projeto de revitalização incluiu investimentos de R\$ 1.225 mil com empresas de consultoria, além de R\$ 3.506 mil no aprimoramento da estrutura tecnológica, e R\$ 30 mil com retrofit do Edifício Comendador Pedreira, onde se funcionava a sede da Companhia.

d. **oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Não aplicável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar: a. objeto da projeção; b. período projetado e o prazo de validade da projeção; c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia informa que não divulga suas projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores: a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário; b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções; c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

Os investimentos em valores mobiliários de emissão da Companhia estão expostos a riscos, como qualquer outro ativo emitido por outra Companhia no mercado. As operações, liquidez, fluxo de caixa, os negócios atuais e/ou futuros estão sujeitos a impactos por vários fatores de riscos que apontaremos a seguir, riscos esses que podem ocasionar redução do valor de mercado da Companhia. Esses fatores de risco, que atualmente consideramos irrelevante e/ou de eventuais novos fatores de riscos que ainda não temos conhecimento, poderão gerar perdas parciais ou totais dos investimentos dos acionistas.

a. emissor

Fator de Risco de Subscrição

A Companhia possui risco de Subscrição, onde esses riscos podem ter efeito adverso importante em nossos negócios.

Na indústria de seguros subdividimos o risco de subscrição em cinco tipos:

(I) **Risco de Prêmios**-> Ocorre por uma insuficiência de prêmio para arcar com todos os custos assumidos (sinistros) na subscrição;

(II) **Risco de Provisão**-> Pela insuficiência de saldos das provisões técnicas para fazer frente aos dispêndios financeiros com pagamentos das obrigações perante os segurados;

(III) **Risco de Retenção**-> A partir de exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos;

(IV) **Risco de Aceitação**-> Diante de regras ou procedimentos inadequados para a aceitação do risco, e;

(V) **Risco de Prática de Sinistros**-> Por regras ou procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

I. Risco de Prêmios

A Companhia define os preços dos seus produtos (prêmios) com base em premissas atuariais pré-estabelecidas internamente. E os resultados das operações são decorrentes do alinhamento entre os sinistros ocorridos e as premissas utilizadas. As obrigações relacionadas aos sinistros futuros são calculadas levando em consideração a severidade média, frequência de sinistros, mortalidade incidência de morbidade, cancelamentos/retenção de clientes e retorno do investimento. Também são considerados fatores como taxas de juros e inflação. Todas essas estimativas são baseadas em projeções atuariais, modelos estatísticos e histórico do passado. Sendo assim as avaliações realizadas pelos dirigentes da Companhia podem desviar do realizado. Uma vez que os sinistros realizados sejam

4.1 Descrição dos fatores de risco

inferiores às projeções, a Companhia necessita aumentar as provisões e com isso gerará um efeito negativo no resultado.

II. Risco de Provisão

A determinação das provisões técnicas está sujeita a fatores quanto ao valor final para liquidação dos sinistros no futuro porque eles poderão ser influenciados por índices de atualização, mudanças na legislação ou maior cauda para seu desenvolvimento, especialmente quando sujeitos a decisões judiciais.

A mensuração dos valores depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros e severidade. Seus critérios, métodos, parâmetros e fórmulas utilizados são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs).

A Companhia utiliza de todas as informações internas e externas e têm como base o histórico de sinistros, desde a sua ocorrência até a sua liquidação definitiva, opinião de advogados, do responsável pela liquidação dos sinistros e experiência do Atuário, sempre em busca das melhores práticas.

III. Risco de Aceitação

A avaliação para a aceitação ou não do risco se dá conforme suas características e comportamentos, ou similaridade com outros riscos. O processo inclui a elaboração de manuais internos de procedimentos que contemplam os riscos sem aceitação, riscos com restrições e limitações de valor em risco. As decisões quanto a liberação dos riscos classificados como “sem aceitação” é submetida a avaliação e parecer prévio da Gerência Técnica do Produto. São exemplos riscos/situações que podem ser classificadas como “sem aceitação”:

- (a) Seguros de Vida e Não-Vida que não sejam de interesse da Companhia;
- (b) Estados, cidades e regiões geográficas que não se encaixam nos parâmetros estabelecidos pelo estudo de risco;
- (c) Emissão de apólices com valores que excedam os limites dos contratos de resseguro;
- (d) Emissão de apólices com valores que excedam os limites técnicos aprovados quando não houver cobertura de resseguro.

IV. Risco de Retenção

Estabelecido para cada ramo de seguro o seu risco individual e isolado, o risco se dá com uma alta concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados de tal modo que dentro de um nível de confiança estatística não haja a ruína da carteira, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

V. Risco de Prática de Sinistros

A área de sinistro é perfeitamente alinhada com a política de subscrição de risco e zela pelo pagamento correto do sinistro, desde que amparado no contrato de seguro. Atua de forma a manter os manuais de regras e procedimentos completos, publicados e atualizados prevendo dentre outras situações, aquelas que devem ser submetidas a um processo de alçada para liberação.

Fator de Risco de Concentração

Risco de concentração de receitas em determinado ramo gerando vulnerabilidade à Companhia caso existem condições desfavoráveis no ramo de maior enfoque.

A Companhia em 2022 não comercializou novas apólices, mas com o advento da revitalização a partir de 2023 é um risco que poderá incorrer no futuro.

Fator de Risco de Crédito

Risco de perdas na carteira de títulos e valores mobiliários devido ao não cumprimento pelo emissor desses títulos constantes em nossa carteira de investimentos, incluindo o próprio governo federal do Brasil.

A exemplo das demais congêneres do mercado segurador, a maior parte da carteira de investimentos concentra-se em títulos do governo federal, sabido que os mesmos possuem baixo risco de crédito, porém, mesmo que remota, é possível em algum momento o governo não honrar seus pagamentos. E desta há o risco de ocorrer perdas ou piora da performance financeira da Companhia por conta de eventuais inadimplências.

Os recursos financeiros para a cobertura das reservas técnicas são aplicados, segundo a determinação de Resolução do Conselho Monetário Nacional, no segmento de renda fixa e renda variável, inclusive em títulos da dívida pública.

Fator de Risco de Mercado

As receitas financeiras da Companhia estão suscetíveis às variações nas condições de mercado, englobando também as taxas de juros, preço de ações, câmbio e commodities.

As receitas financeiras é parte importante do resultado da Companhia e essas podem sofrer perdas em decorrência de alteração do ambiente do mercado. Apesar de seguirmos nossa política de investimentos mantendo todos os cuidados e atendimentos regulatórios do Conselho Monetário Nacional, não há como precisar de forma efetiva possíveis perdas futuras.

Fator de Risco de Liquidez

É o risco de não conseguir honrar as obrigações da empresa junto aos clientes, fornecedores e outros credores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia estabelece rigorosos controles para gestão do seu caixa e do seu passivo, porém existe risco de cenários adversos de mercado e deterioração de situação econômica que façam com que a Companhia não consiga honrar seus compromissos.

Fator de Risco de Operacional

Apesar de todo processo de controles internos e gestão de riscos, existe a possibilidade de ocorrências de falhas nos processos por erros humanos e fraudes externas ou internas, que podem acarretar perdas.

Para reduzir/mitigar esses riscos a Companhia possui auditoria interna e política de gestão de riscos e fraudes.

Fator de Risco Cibernético

Riscos de indisponibilidades de operações por falha de sistemas devido a ataques cibernéticos podem acarretar prejuízos à Companhia e seus acionistas.

Embora a Companhia tenha seus controles e ferramentas tecnológicas para proteção do seu ambiente tecnológico, invasões, vírus e demais ataques podem ocorrer e causar indisponibilidades e perdas.

Fator de Risco Reputacional

Danos à marca e imagem da Companhia podem acarretar impactos negativos importantes acarretando incapacidade de crescimento futuro.

A Companhia preza pela imagem na condução dos seus negócios e respeitando os seus stakeholders.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O mercado acionário brasileiro tem relativa oscilações de preços (volatilidade) e riscos de liquidez, podendo impactar em decisões de vendas das ações pelo preço desejado e no momento que for mais oportuno.

A Companhia poderá não pagar dividendos aos acionistas:

O Estatuto Social da Companhia determina que 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado seja distribuído aos seus acionistas como dividendos obrigatórios. Não obstante, o lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido para a constituição de reservas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”) e no Estatuto Social. Além disso, a Lei das S.A. permite suspender a distribuição obrigatória de dividendos em um determinado exercício na hipótese de o Conselho de Administração comunicar aos acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Necessidade de aumento de capital social no futuro poderá gerar diluição de participação acionária caso o acionista não exerça o seu direito de preferência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A estratégia de crescimento e riscos assumidos pela Companhia podem exigir o aporte de recursos adicionais por parte dos acionistas. Assim, podemos ter que realizar ofertas subsequentes de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, que poderá acarretar a diluição societária por aumento de capital. Assim, tais situações poderiam afetar adversamente o preço de mercado das ações da Companhia e diluir a participação dos nossos acionistas.

c. suas controladas e coligadas

A sociedade que temos participações pela Companhia está sujeita à regulação e podem vir eventualmente a sofrer intervenção ou necessidades de aportes. Assim como resultados negativos em empresas que temos participações impactam negativamente em nossa Companhia.

d. seus administradores

Riscos associados aos seus administradores pela Companhia estão à de responsabilidade e à complexidade do cargo, à capacidade dos administradores, à experiência na condução dos negócios e aos resultados obtidos tanto em termos financeiros quanto em relação à imagem e reputação da Companhia. O ato do suborno em receber vantagens pessoais de terceiros, comumente trazidos em comissões e presentes, em razão do exercício do seu cargo, sem autorização estabelecida no estatuto ou pela assembleia geral, e quando o administrador age contra interesse social, mesmo que seu ato seja autorizado pelo estatuto, estará praticando um ato de desvio de poder.

Para mitigar, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e por seu Estatuto. São elegíveis para os cargos de administração da Companhia pessoas naturais, residentes no Brasil, de reputação ilibada, e que não sejam impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia têm o dever de supervisionar a conduta da diretoria e dos diretores, e juntamente com os conselheiros, têm o dever de supervisionar o comportamento dos seus gerentes e funcionários. Por ter interesse único e exclusivo na organização, devem prevenir e administrar situações de conflitos de interesses, além de definir estratégias e tomar decisões que protejam e valorizem a organização, otimizem o retorno do investimento no longo prazo e busquem o equilíbrio entre as expectativas das partes interessadas.

A Diretoria é composta por Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, e exercerão as funções designadas pelo Conselho de Administração dentre os membros eleitos, podendo um Diretor acumular mais de uma das competências sem que haja conflito de interesses.

O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

e. seus fornecedores

A Companhia não opera com volume de compras que gerem riscos associados a fornecedores. Contudo, para os prestadores de serviço contrata profissionais competentes e de ilibada reputação para prover serviços necessários, já que leva em consideração a imagem da Companhia. Por tal motivo, os fornecedores e prestadores estão comprometidos com as diretrizes contidas no Código de Ética e assumem este compromisso por meio de cláusula contratual constante dos contratos celebrados.

f. seus clientes

A eventual inadimplência dos clientes, total ou parcialmente, podem afetar negativamente os resultados.

Todos os prêmios recebidos são devidamente aplicados, estando a Companhia com suficiência de coberturas de provisões técnicas, de modo que não foram identificados, para a Companhia, riscos materiais a clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Fatores de risco associados a eventos econômicos ou financeiros podem exercer grande influência nos resultados da Companhia, afetando não apenas a evolução de suas receitas com a venda de produtos e serviços, como também o retorno das aplicações de recursos financeiros. O elevado grau de incerteza que tem caracterizado a economia mundial e, principalmente, a conjuntura política do país nos últimos anos (sobretudo ao longo dos três últimos exercícios sociais) têm igualmente gerado grandes oscilações no desempenho da economia brasileira.

A Companhia aloca os seus recursos nos segmentos de renda fixa, de renda variável e de títulos da dívida pública, tendo a Companhia deixado de utilizar o setor de imóveis para a cobertura das provisões técnicas desde 3 de novembro de 2017.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia sujeita-se à regulação do setor de seguros, estando em situação regular perante a SUSEP. Havendo eventuais pendências, serão empenhados esforços para sua regularização. Nada obstante, eventuais alterações promovidas na regulamentação aplicável às atividades da Companhia poderão afetar negativamente seu resultado, caso resultem, por exemplo, em limitações aos prêmios de seguros, aumento de preços, coberturas de seguro obrigatórias ou quaisquer padrões mais severos à comercialização de seguros, como exemplo a extinção do consórcio DPVAT.

Mudanças nas normas contábeis podem impactar os lucros reportados.

Podemos vir a ser obrigados a aplicar uma norma nova e apresentar de forma retrospectivamente as demonstrações financeiras de períodos anteriores em atendimento aos órgãos responsáveis por estabelecer as normas contábeis e outros órgãos regulatórios, e com isso podem afetar adversamente a forma como registramos e reportamos nossa condição financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Tendo em vista o encerramento das atividades da Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A., conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019, a Companhia não possui atuação em países estrangeiros.

j. questões sociais

Tendo em vista seu objeto social, não identificamos impactos sociais relevantes associados à atividade da Companhia.

k. questões ambientais

Questões ambientais que influenciem na saúde e afetem a morbidade e mortalidade podem causar impactos nos resultados da Companhia no seguro de pessoas.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Tendo em vista o nosso momento atual, não identificamos impactos sociais relevantes associados à atividade da Companhia. Eventualmente com a revitalização da Companhia, no futuro próximo, eventos advindos de alterações climáticas poderão incorrer em perdas em nossas operações em compreensivo residencial e empresarial principalmente.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não se aplica.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- Fator de Risco de Subscrição;
- Fator de Risco de Crédito;
- Fator de Risco de Mercado;
- Fator de Risco de Liquidez e
- Fator de Risco de Operacional.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos econômico-financeiros, em especial o comportamento de certas variáveis macroeconômicas, como juros e as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e contrapartes utilizam. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

(i) Riscos relacionados à instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros globais:

A instabilidade nos mercados financeiros globais poderá afetar materialmente a capacidade da Companhia de acesso ao crédito em condições financeiras aceitáveis. Se a volatilidade do mercado financeiro causar saída de capital ou significativas variações cambiais, poderão ocorrer pressões inflacionárias e, por consequência, as despesas operacionais da Companhia, em reais, poderão ser afetadas.

A Companhia considera que não existem riscos inerentes relevantes em relação a: (i) créditos, uma vez que estes estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados, e são pulverizados; e (ii) risco de perdas com sinistros retidos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP.

A Companhia não tem por política operar com instrumentos derivativos, dirigindo os seus investimentos e aplicações a instrumentos financeiros de baixo risco, exceto no que se refere às aplicações de renda variável (ações de outras Companhias), as quais são direcionadas às empresas de primeira linha.

(ii) Riscos de Mercado:

A Companhia possui baixo risco de mercado relacionado ao câmbio, tendo em vista que não detém ativos ou passivos relevantes em moeda estrangeira – à exceção do investimento na controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A., cujas atividades, no entanto, foram encerradas em 20 de março de 2019, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, encontrando-se em processo de liquidação voluntária desde 02.08.2019, quando aprovado o Plano de Liquidação Voluntária pela Diretoria.

A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos e títulos de renda fixa privados e por ações no mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência.

Diante disto, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disto, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Os principais riscos a serem identificados na gestão financeira são:

- Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços e taxas nos mercados financeiros;
- Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a sua carteira de ações.

Na aplicação dos recursos a Companhia observa todos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, adotando boas práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, considerando, inclusive, a política de investimentos estabelecida, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios, respeitando os requisitos estabelecidos em regulamentos expedidos pelos órgãos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o total da carteira de investimentos alcançou o valor de R\$ 47.307 mil, sendo R\$ 30.428 mil vinculados à cobertura das Provisões Técnicas.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. resumo das decisões de mérito proferidas; h. estágio do processo; i. se a chance de perda é: i. provável, ii. possível, iii. remota; j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante; k. análise do impacto em caso de perda do processo.

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia entende que os processos abaixo mencionados são relevantes, tendo em vista o valores envolvidos. A Companhia esclarece que, em seu julgamento, não há processos capazes de influenciar a decisão do público investidor em decorrência de eventuais riscos de imagem ou jurídicos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

I. Processos judiciais tributários

Processo nº	0003196-41.1999.4.01.3300
a. Juízo	6ª Vara da Justiça Federal
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	30.03.1999
d. Partes no processo	Autor: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Réu: Delegado da Receita Federal em Salvador e União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 56.636.652,33
f. Principais fatos	Mandado de Segurança visando obter do judiciário o reconhecimento do direito de não proceder ao recolhimento da COFINS com base na Lei nº 9.718/98. Concedido provimento parcial ao Recurso Extraordinário nº 393.678 interposto por essa Companhia. Apresentado Agravo Regimental contra referida decisão, o qual se encontra sobrestado em razão da pendência de julgamento de um "leading case", que definirá a incidência da COFINS sobre receitas de prêmio de seguros.
g. Resumo das decisões de mérito	Não fora prolatada decisão de mérito, aguarda-se perícia judicial
h. Estágio do processo	Aguardando realização de perícia judicial
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Este processo visa reconhecer direito de não recolhimento de COFINS, imposto federal, além de envolver elevada quantia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto negativo, pois as despesas relativas ao tributo já foram devidamente contabilizadas no resultado da Companhia e, além disso, o valor foi depositado judicialmente.
l. Valor provisionado	R\$ 56.636.652,33

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	0025166-24.2004.4.01.3300
a. Júízo	6ª Vara da Justiça Federal
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	08.11.2004
d. Partes no processo	Autor: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.165.349,11
f. Principais fatos	Ação Declaratória c/c com Ordinária de Repetição de Indébito objetivando ver reconhecido o direito da Companhia ser restituída dos valores indevidamente compensados com estimativas de Contribuição Social sobre o Lucro- CSLL, referente aos meses de março, abril, maio e junho de 1996, diante do direito que lhe foi assegurado pelo próprio Poder Judiciário nos autos da Ação Ordinária nº 96.00.08598-6, na qual reconheceu-se a ilegalidade do Decreto n.º 332/1991.
g. Resumo das decisões de mérito	Prolatada sentença julgando improcedente o pedido deduzido na inicial. Interposta apelação. Em sede de segundo grau, dado provimento à apelação para declarar a inexistência do débito, referente às estimativas de CSLL de março a junho do ano-base de 1996. Embargos de declaração opostos pela União Federal
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento dos embargos de declaração
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Este processo visa reconhecer o direito de ser restituída dos valores indevidamente compensados com estimativas de Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL, imposto federal.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto negativo, pois as despesas relativas ao tributo já foram devidamente contabilizadas no resultado da Companhia e, além disso, o valor foi depositado judicialmente.
l. Valor provisionado	Não há

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	0011569-37.1994.4.01.3300
a. Júízo	1ª Vara da Justiça Federal
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	04.11.1994
d. Partes no processo	Autor: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.110.797,97
f. Principais fatos	Ação Cautelar ajuizada com vistas garantir a inexigibilidade de recolhimentos mensais a título de PIS, previamente ao ajuizamento da Ação Ordinária nº 0013218-37.1994.4.01.3300 (n.º antigo: 94.00.13232-8) em que se discutia a base de cálculo do PIS o período de outubro de 1994 a dezembro de 1999. Apesar de a Companhia ter sido vencida na Ação Ordinária correlata. O encerramento dessa Ação Cautelar depende ainda da apreciação do seu pleito de levantamento do PIS depositado relativo ao período de outubro de 1994 a setembro de 1997, cuja decadência foi reconhecida nos autos do PAF n.º 10580.011058/2002-29.
g. Resumo das decisões de mérito	Não fora prolatada decisão de mérito.
h. Estágio do processo	Aguardando elaboração de cálculos a serem apresentados pelo Setor de Cálculos judiciais
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Este processo visa o levantamento do PIS depositado, cuja decadência foi reconhecida.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto negativo, pois os valores apurados estão sendo depositados mensalmente pela Companhia em conta judicial vinculada ao processo em referência.
l. Valor provisionado	R\$ 12.110.797,97

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	0017558-52.2016.4.01.3300
a. Juízo	12ª Vara da Justiça Federal
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	17.05.2016
d. Partes no processo	Autor: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.734.016,36
f. Principais fatos	Mandado de Segurança interposto com o fito de ter reconhecido o seu direito líquido e certo de não se submeter à cobrança da Contribuição ao PIS e da COFINS sobre Receitas Financeiras, de juros sobre o capital próprio, de aluguéis e outras decorrentes da manutenção de ativos garantidores de reservas técnicas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Prolatada sentença denegando a segurança vindicada.
h. Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Companhia, em razão da decisão que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto, por ocasião do indeferimento do pedido de sobrestamento do julgamento em virtude do RE nº 599.658/SP.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Este processo visa reconhecer o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança da contribuição de PIS e COFINS sobre receitas financeiras
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto negativo, pois as despesas relativas ao tributo já foram devidamente contabilizadas no resultado da Empresa e, além disso, o valor foi depositado judicialmente.
l. Valor provisionado	R\$ 6.734.016,40

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo n°	0017194-47.1997.4.01.3300
a. Juízo	12ª Vara da Justiça Federal
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	18.12.1997
d. Partes no processo	Autor: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Réu: Delegado do Dep. da Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.666.021,38
f. Principais fatos	Mandado de Segurança interposto com o fito de não recolher qualquer parcela a título de PIS nos períodos compreendidos entre 1º de janeiro e 5 de junho de 1996, e entre 1º de julho de 1997 e 23 de fevereiro de 1998, ou, alternativamente, o direito de só recolhê-los com observância das regras emanadas da Lei Complementar 7/70, originárias da cobrança do tributo.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Acórdão negado seguimento ao recurso extraordinário
h. Estágio do processo	Aguarda-se o desarquivamento do processo para levantamento da quantia depositada judicialmente
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Este processo visa reconhecer o direito de não recolher qualquer parcela a título de PIS
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto negativo, pois as despesas relativas ao tributo já foram devidamente contabilizadas no resultado da Empresa e, além disso, o valor foi depositado judicialmente.
l. Valor provisionado	R\$ 4.666.021,38

4.4 Processos não sigilosos relevantes**II. Processos administrativos tributários**

Processo n°	10580.726654/2013-60
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	29.07.2013
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal; Réu: Companhia de Seguros Aliança da Bahia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.909.506,88
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado com vistas à exigência de débitos de IRPJ e CSLL, em razão do cometimento de supostas infrações às respectivas legislações de regência. Apresentada impugnações. Em 30.08.2017, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia optou por incluir (i) integralmente o débito de IRPJ e (ii) parcialmente o débito de CSLL no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. Assim, em relação à CSLL, permaneceu a discussão, apenas, sobre a parcela do débito relativo às discussões (a) da decadência dos débitos correspondentes ao ano de 2007 e (b) da dedutibilidade das participações nos lucros pagas aos administradores, discussões estas que não foram acatadas na primeira instância administrativa.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não fora prolatada decisão de mérito
h. Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto quanto a parcela não aderida ao PERT.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Este processo é relevante por se tratar de Auto de Infração lavrado por agente público
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor acima apontado impactaria negativamente no resultado do exercício na hipótese de perda do processo, considerada possível.
l. Valor provisionado	Não há

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado referente aos processos indicados no item 4.4 é de R\$ 80.147.488,08.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, tendo em vista que não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia de Seguros Aliança da Bahia ou suas controladas sejam partes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes não abrangidas nos itens 4.3 e 4.4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca proteção, ii. os instrumentos utilizados para proteção, iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em 15 de janeiro de 2018, a Diretoria designou internamente um gestor de riscos (“Gestor”).

Em 21 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos da Companhia (“PGR”), tendo por objetivo estabelecer e fornecer o conjunto de princípios que deverão nortear o desenvolvimento, a disseminação e a implementação de metodologias de gerenciamento de riscos, visando identificar, analisar, avaliar, priorizar, acompanhar, tratar, comunicar e monitorar a exposição aos riscos aos quais a Companhia esteja exposta, com a perspectiva de apoiar melhorias e fortalecer a cultura de gestão de riscos.

Em 11 de julho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a designação de um Diretor de Riscos, em atendimento à Resolução CNSP 416/2021.

De acordo com a PGR, o evento de risco é aquele “com uma determinada possibilidade de ocorrer no futuro impactando diretamente ou indiretamente um processo, projeto, estratégia e operacional de forma negativa (ameaça) ou positiva (oportunidade)”.

O processo de gestão de riscos da Companhia contempla o estabelecimento do contexto, a identificação, a análise, a avaliação, a priorização, o acompanhamento, o tratamento, a comunicação e o monitoramento do risco, buscando uma melhoria contínua dos processos da Companhia.

A responsabilidade de zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos é, primordialmente, da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração deve estabelecer o apetite a risco – assim compreendido o nível máximo de risco aceitável associado ao grau de exposição a risco que a Companhia está disposta a suportar para atingir seus objetivos estratégicos e criar valor para os seus acionistas, respeitando as partes interessadas – para a Companhia em função da relação risco/retorno que se pretende assumir.

Já a Diretoria deve monitorar periodicamente as exposições da Companhia a riscos e avaliar, ao menos uma vez ao ano e sempre que houver mudanças significativas no Perfil de Riscos, a eficácia da Estrutura de Gestão de Riscos, reportando ao Conselho de Administração os resultados dessas análises e as respectivas propostas de ação.

Para auxiliar no desempenho das atribuições supracitadas, a Diretoria e o Conselho de Administração contam com a auditoria interna e o Gestor, responsável por coordenar e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de riscos da Companhia, avaliando e acompanhando com as áreas envolvidas no processo de monitoramento do nível de risco existente.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, através de seus setores financeiro e operacional, exerce o controle das atividades, que são fiscalizadas também pelo setor contábil. Além disso, Companhia conta com serviços de auditoria interna para emissão de relatórios anuais de avaliação dos processos de gestão, objetivando detectar e mensurar situações de riscos, bem como para oferecer alternativas e possíveis soluções.

Tanto em 2022, como em exercícios passados, os relatórios de avaliação dos controles internos não detectaram situação que viesse a colocar em risco a confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Ademais, os relatórios da auditoria interna também são avaliados pelos Auditores Independentes. A Companhia acredita, portanto, que o grau de eficiência dos controles internos tem sido satisfatório.

As Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente da Companhia, que (i) concluiu que os registros da Companhia refletem precisa e adequadamente a sua realidade financeira; e (ii) forneceu conforto razoável de que as transações são registradas e de que as demonstrações contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

b. as estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas no processo descrito acima são os setores financeiro, operacional e contábil, a Diretoria, bem como os auditores internos e externos da Companhia.

Responsabilidade de cada setor: (i) Financeiro – Controla as aplicações e escolhe as melhores taxas; (ii) Operacional – Escolha dos riscos e liquidação cuidadosa dos sinistros; e (iii) Contábil – Analisa as contas.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O grau de eficiência dos controles internos é supervisionado, principalmente, pelos auditores internos e externos que apresentam comentários a esse respeito em seus respectivos relatórios. Esses documentos, por sua vez, são submetidos aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia. Os controles internos são executados pelos chefes dos setores de sinistros, financeiro, contabilidade, pessoal e impostos. Em 21 de julho de 2022 foi contratada uma empresa especializada em gestão de riscos com a finalidade de fortalecer a supervisão em relação aos nossos controles internos e gestão de riscos, inclusive revisitando as nossas políticas para garantir que as mesmas estejam adequadas ao órgão regulador.

5.2 Descrição dos controles internos

d. **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Aprimoramento do processo de gestão e atualização da provisão de sinistros a liquidar judicial

Situação Observada

A Companhia possui o suporte de consultores jurídicos externos para o acompanhamento e representação judicial em processos relacionados a sinistros. Contudo, a Companhia não mantém uma rotina de interação com estes consultores de forma a manter os seus controles analíticos de processos judiciais atualizados e conciliados com as informações contábeis.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia aprimore o seu processo de gestão das ações judiciais relacionadas a sinistros, atualizando e conciliando os seus controles analíticos de processos com as informações fornecidas pelos consultores jurídicos externos a cada trimestre.

Possíveis efeitos

Possíveis erros materiais na divulgação das demonstrações financeiras.

e. **comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

O processo de acompanhamento das demandas jurídicas é conduzido por assessores jurídicos externos e acompanhados pela área jurídica da Companhia. Os relatórios são fornecidos pelos escritórios de advocacia contratados trimestralmente, os quais constam informações sobre o “status” atual de cada processo, andamento e classificação da probabilidade de chances de êxito.

Os escritórios de advocacia contratados realizam rotina para garantir o atendimento aos prazos, assim como a ocorrência de novos processos. Na hipótese de ocorrência de novos processos, a área jurídica e Diretoria da Companhia são acionadas para auxiliar os escritórios com subsídios para elaboração de defesa, atendimento de prazos e demais atos processuais.

Atualmente a Companhia gere os processos e a regulação do sinistro através de sistema interno (desenvolvimento próprio) “SISALBA”. Está previsto o aperfeiçoamento e aprimoramento da gestão das ações judiciais relacionadas a sinistros, conforme abaixo indicado:

Revisar norma interna da área jurídica; e

Contratar sistema jurídico para centralizar as informações e estabelecer rotina de interação com os consultores externos.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas será até o segundo semestre de 2023.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas, ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes, iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: • se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, • as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas, • órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

A Companhia não adota regras, políticas, procedimentos ou práticas formalizadas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Não obstante, no âmbito das suas operações, a Companhia instituiu a Política Institucional de Conduta, compatível com a natureza das suas atividades comerciais, que norteará as práticas de conduta perante seus clientes ao longo do ciclo de vida dos produtos por ela mantidos ou comercializados, fundamentada nos princípios da ética, da responsabilidade, da transparência, da diligência, da lealdade, da probidade, da honestidade, da boa-fé objetiva, da livre iniciativa e da livre concorrência, que representam pilares da ordem contratual e jurídica.

As diretrizes da Política devem ser observadas pelos administradores da Companhia, seus colaboradores e terceirizados a serviço da Companhia.

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros, ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados, iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé, iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui um Canal de Denúncia e para garantir a confidencialidade no registro de relatos de maneira anônima é operado por empresa especializada e independente.

Todos os relatos recebidos serão devidamente apurados, sendo garantida a imparcialidade na investigação, independentemente de quem seja a pessoa envolvida, do seu nível hierárquico ou das implicações das questões identificadas. As situações consideradas em inconformidade com o Código de Ética são encaminhadas à Comissão de Ética e Compliance.

Para os envolvidos nos relatos de irregularidades, avaliados como procedentes, e para qualquer pessoa que cometa violações éticas e/ou legais, estão previstas aplicação de medidas corretivas, sempre de acordo com as circunstâncias, a gravidade e a lei aplicável. Também serão aplicadas medidas disciplinares a qualquer pessoa que retalie ou repreenda denunciante de boa-fé e que relate situações não reais, com o objetivo de prejudicar outras pessoas ou empresas por interesses pessoais ou de terceiros.

O Canal de Denúncia pode ser acionado através do site e do e-mail: denunciasalba@relatoconfidencial.com.br

Reconhecemos a importância da manutenção de um ambiente de trabalho saudável e promovemos uma cultura de falar e ouvir nesta Companhia. Dessa forma, proibimos qualquer tipo de retaliação em relação a denúncias.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas; d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não há casos identificados ou informados.

5.3 Programa de integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia não adota regras, políticas, procedimentos ou práticas formalizadas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública porque (i) no exercício de suas atividades, não está exposta a uma interação recorrente ou significativa com a administração pública; e (ii) tampouco há administradores ou empregados caracterizados como pessoas politicamente expostas, conforme definido na regulamentação aplicável.

Mesmo não adotando medidas especiais quanto a esse tema, a Companhia mantém constante vigilância objetivando evitar que a mesma seja utilizada de forma maliciosa por terceiros para realização de operações ilícitas, cujas regras e procedimentos integram os dispositivos das Políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração no ano de 2021, a saber: **(i)** Gestão de Riscos; **(ii)** Institucional de Conduta; **(iii)** Proteção de Dados Pessoais; e **(iv)** Violação de Dados Pessoais; em consonância com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tenha sido publicada em 2018, e ter entrado em vigor em setembro de 2020, as sanções administrativas começaram a valer em agosto de 2021. Com isso, o risco do descumprimento da Lei expõe as empresas ao risco de sofrer penalidades que podem variar entre a aplicação de multas (de até 2% do faturamento, limitado a R\$ 50 milhões), bloqueio ou exclusão dos dados armazenados, suspensão do banco de dados, proibição ou suspensão da atividade de tratamento dos dados e outros. Neste sentido, a Empresa vem adotando medidas preventivas, como implementação das Políticas de LGPD e Riscos, Segurança da Informação, assim como medidas mitigatórias, tais como: Mapeamento das informações armazenadas na base de dados e implementação da ferramenta do Gerenciamento eletrônico de Dados – GED, Proteção de dados pessoais dos integrantes e parceiros, gestão de compartilhamento de dados, assim como, o plano de Investimentos adequados em segurança da informação e cibernética orçado para os próximos dois anos.

Com relação ao gerenciamento dos riscos financeiros, para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos especializada. Em 2022, seus principais ativos financeiros estiveram representados por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos e títulos de renda fixa privados e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices, os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre esta seção.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALBA PARTICIPAÇÃO EM SEGURADORAS LTDA					
53.209.140/0001-30	Brasil	Não	Sim	25/01/2024	
Não					
3.838.813	99,969	3.839.819	99,995	7.678.632	99,982
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 25/01/2024					
1.187	0,031	181	0,005	1.368	0,018
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
3.840.000	100,000	3.840.000	100,000	7.680.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ALBA PARTICIPAÇÃO EM SEGURADORAS LTDA				53.209.140/0001-30		
Companhia de Participações Aliança da Bahia						
01.938.783/0001-11	Brasil	Não	Sim	25/01/2024		
Não	Rodrigo Ribeiro Accioly		Física	855.821.665-72		
204.606.417	100,000	0	0,000	204.606.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
204.606.417	100,000	0	0,000	204.606.417	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia de Participações Aliança da Bahia				01.938.783/0001-11	
ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA					
33.226.762/0001-60	Brasil	Sim	Não	25/01/2024	
Não					
4.231	0,114	3.912.147	82,541	3.916.378	46,307
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Cia de Seguros Aliança da Bahia					
15.144.017/0001-90	Brasil	Não	Não	25/01/2024	
Não					
176.200	4,739	590.221	12,453	766.421	9,062
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNDAÇÃO MARIA EMILIA PEDREIRA FREIRE DE CARVALHO					
03.103.667/0001-08	Brasil	Não	Não	25/01/2024	
Não					
1.095.165	29,457	91.269	1,926	1.186.434	14,028
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia de Participações Aliança da Bahia				01.938.783/0001-11	
JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO					
173.334.608-27	Brasil	Sim	Não	25/01/2024	
Não					
1.038.069	27,921	10.924	0,230	1.048.993	12,403
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Patrimonial Mundo Novo Ltda					
00.891.149/0001-08	Brasil	Sim	Não	25/01/2024	
Não					
379.093	10,197	104.202	2,199	483.295	5,714
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SOCIEDADE AGRÍCOLA SANTA TEREZA LTDA					
13.591.565/0001-32	Brasil	Não	Não	25/01/2024	
Não					
0	0,000	21.835	0,461	21.835	0,258
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia de Participações Aliança da Bahia				01.938.783/0001-11		
THEREZA DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO						
173.334.568-03	Brasil	Sim	Não	25/01/2024		
Não						
1.025.069	27,572	9.024	0,190	1.034.093	12,227	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
3.717.827	100,000	4.739.622	100,000	8.457.449	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/01/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

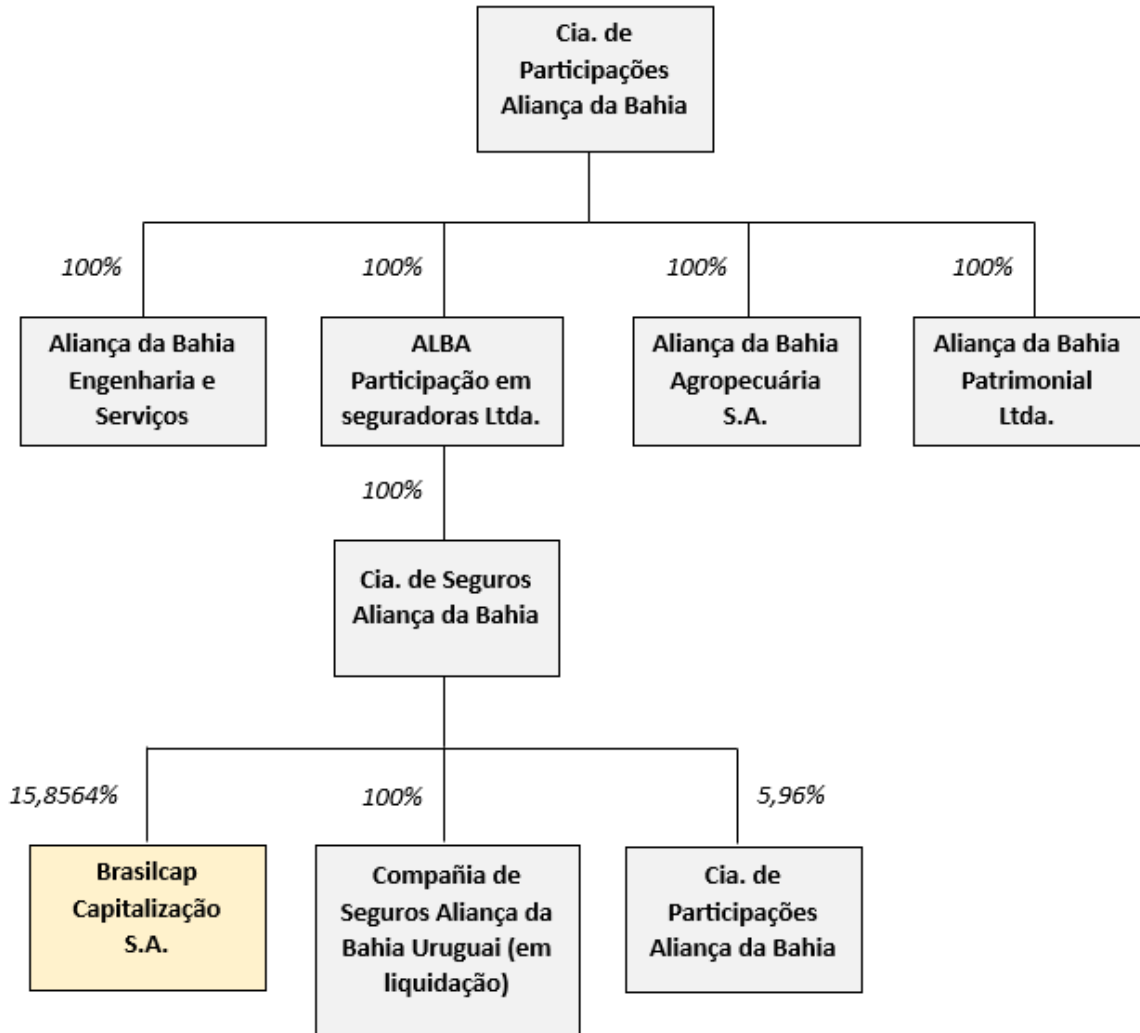
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Brasilcap Capitalização S/A	15.138.043/0001-05	15,8564
Companhia de Participações Aliança da Bahia	01.938.783/0001-11	5,96
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguai S.A	00.000.000/0000-00	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



(1) Percentuais indicam a participação no capital social total.

(2) A Brasilcap Capitalização S.A. não é sociedade integrante do Grupo Aliança da Bahia.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de indicação e preenchimento de cargo, contudo, o seu Estatuto Social dispõe sobre a forma de indicação e preenchimento de cargos de administração e do conselho fiscal:

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros. Os conselheiros de administração são indicados pelos acionistas visando privilegiar a formação de uma tradição na administração da Companhia e a perpetuação de seus valores. Além disso, os indicados vêm sendo eleitos em sistema de eleição por candidato, o que permite aos acionistas da Companhia propor, avaliar e escolher individualmente aqueles que entendam (i) possuir maior disponibilidade de tempo para o exercício das funções; e (ii) contribuir para diversificação de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais e faixa etária.

Diretoria: A Diretoria é composta por três Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. A Administração da Companhia entende que, embora a Diretoria não possua um regimento interno específico, as regras estatutárias referentes à sua composição (artigo 14), às suas competências (artigo 17) e ao seu funcionamento (artigo 15) se mostram adequadas ao porte e à complexidade das atividades da Companhia.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento permanente, composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:
- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
 - iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Conselho de Administração - A Companhia não possui um processo formalizado de avaliação do seu Conselho de Administração, único órgão de gestão colegiado da Companhia. A Administração considera que a complexidade das atividades e o porte da Companhia, bem como os custos envolvidos, não justificam a adoção dessa prática. Os membros do Conselho de Administração são anualmente avaliados pelos acionistas reunidos em assembleia geral, caso seus nomes sejam indicados à reeleição.

Diretoria- Não há um processo formal de avaliação do Diretor Presidente. A Administração considera que a complexidade das atividades e o porte da Companhia, bem como os custos envolvidos, não justificam a adoção dessa prática.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota práticas diferenciadas para identificação e administração de conflitos de interesses, sendo observadas, para esses fins, as disposições previstas na Lei 6.404/76, notadamente o afastamento dos administradores das deliberações em que possa vir a existir situação de conflito de interesses.

- d. por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

ORGÃO	Feminino	Masculino	Não Binário	Outros	Prefiro não responder
Conselho de administração	-	3	-	-	-
Diretoria	-	3	-	-	-
Conselho fiscal	1	4	-	-	-

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

ORGÃO	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefiro não responder
Conselho de administração	-	2	-	-	-	-	1
Diretoria	-	1	-	2	-	-	-
Conselho fiscal	-	2	1	2	-	-	-

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não considerou outros atributos relevantes.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não considerou outros atributos relevantes.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Os órgãos de administração da Companhia não efetuaram avaliações sobre aspectos relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	1	10	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	1	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	2	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	0	5	1	4	0	0	1

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. **órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.**

A Companhia possui um Comitê de Conduta, eleito em 27/04/2023 e que se reporta ao Conselho de Administração. A Companhia adota um Código de Conduta com o objetivo de orientar colaboradores, gestores, conselheiros e acionistas e terceiros a agir de maneira consciente, coerente e íntegra.

b. **de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui uma política para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes. Contudo, a Companhia atende aos requisitos definidos para a prestação do serviço de auditoria independente previstas em normas e regulamentos da CVM, do CFC ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

c. **se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Não existem canais instituídos para questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome: André Coelho Brandão **CPF:** 226.425.445-91 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 17/06/1961

Experiência Profissional: (i) Experiência profissional: 2º GRAU - Ginasio Koelle/Colegio Ipiranga Salvador/BA, Administração de Empresas (CURSO INCOMPLETO) UCSAL; (ii) foi membro do Conselho Fiscal da Cia de Seguros Aliança da Bahia de 2012/2013; (iii) foi membro do Conselho Administrativo do Condomínio Villagio Panamby de 2012/2014; (iv) foi membro do Conselho Fiscal da Companhia de Participações Aliança da Bahia de 2010/2011; (v) Diretor Financeiro da Brandao Filhos S/A de 1990/2017; (vi) Agencia Mar. Brandão Filhos Ltda – Diretor – 1992/2017. Não ocupa cargo no Terceiro Setor e não é considerado pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Nao exerce outros cargos	30/03/2023	Não	26/04/2012

Nome: Antonio Carlos Santana Santos **CPF:** 537.110.415-15 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 13/12/1968

Experiência Profissional: O Sr. Antonio Carlos é (i) graduado em Ciências Contábeis - Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu; (ii) pós-graduado em Perícia Contábil - Centro de Pós Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu - CEPPEV; (iii) sócio-gerente da AC Contabilidade e Consultores Associados Ltda; (iv) Sócio-Gerente da Status Gerenciamento Contábil e Tributário Ltda; (v) Professor de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu. Além disso, foi membro do Sindicato dos Contadores -SECAP, Professor do Curso Projeto de Formação de Auxiliar Contábeis (2005/2009) e Professor do Projeto IRPF da Universidade Federal da Bahia - UFBA (2004 a 2008). Não ocupa cargo no Terceiro Setor e não é considerado pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	27/03/2014

Nome: Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky **CPF:** 559.078.735-15 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 13/09/1970

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis com especialização em finanças pela UNIFACS ±Salvador/BA (1993), com MBA em finanças e mercado de capitais pelo IBMEC (1996). Foi gestor financeiro e de projeto da AMBEV (mar/99 a jun/04), diretor financeiro da Ecocast Indústria Mecânica Ltda. (jul/04 a dez/07), diretor financeiro da Mãe Terra Produtos Naturais Ltda. (jan/10 a jun/11), gerente corporativo de serviços financeiros da Contax S.A. (jun/11 a ago/12), diretor financeiro da Eisa Shipyard ±Estaleiro Ilha S.A. (abr/13 a dez/14), diretor financeiro da JHSF Holding Shopping (Renda Recorrente) (dez/14 a fev/17) e diretor financeiro da Lock Engenharia (Construção Civil) (mar/17 a jun/18). É sócio fundador da Eticca Consulting (desde jan/08), diretor financeiro e de relações com investidores da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, eleito em 03.06.19 para cumprir o prazo de mandato remanescente de seu antecessor e diretor financeiro da Fundação Maria Emília Pedreira Freire de Carvalho, entidade sem fins lucrativos integrante do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/04/2023	1 ano	Diretor de Relações com Investidores		12/04/2023	Não	03/06/2019
Diretoria	01/02/2024	2 meses e 12 dias	Outros Diretores	Diretor Responsável pelos Controles Internos	01/02/2024	Não	01/02/2024

Nome: CARLOS ALBERTO DE FIGUEREDO TRINDADE FILHO **CPF:** 551.662.537-87 **Profissão:** EXECUTIVO **Data de Nascimento:** 01/10/1958

Experiência Profissional: Sócio Fundador e Presidente da Easy2Life Serviços Digitais e Corretora de Seguros LTDA (2019-2023). Trabalhou na Sul América Companhia de Seguros (2011-2019), ocupando cargos estratégicos, como Vice-Presidência de Automóveis, Ramos Elementares, Vida e Previdência, e Vice-Presidência de Estratégia, Marketing e M&A. Foi Presidente da Brasil Insurance Participações e Administração S.A. Além disso, atuou como fundador, vice-presidente de vendas e underwriting, vice-presidente executivo, presidente da Icatu Hartford Vida e Previdência (1992-2001). Anteriormente, foi gerente geral da Divisão de Seguros de Vida e Diretor Regional da Empresa para a Sucursal São Paulo (todos os Ramos) da InterAtlântico Seguradora (1990 a 1991). Declara, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tenha lhe impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/02/2024	2 meses e 12 dias	Diretor Presidente / Superintendente		01/02/2024	Não	01/02/2024

Diretoria	01/02/2024	2 meses e 12 dias	Outros Diretores	Diretor Financeiro	01/02/2024	Não	01/02/2024
-----------	------------	-------------------	------------------	--------------------	------------	-----	------------

Nome: EDSON PIEDADE CAMPOS **CPF:** 036.806.495-68 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 15/07/1950

Experiência Profissional: (i) Bacharel em Ciências Contábeis - Fundação Visconde Cairu - 1990; (ii) Pós graduação em Auditoria Interna / Externa - Faculd. Visc. Cairu; (iii) Perito contador assistente judicial e extrajudicial, com atuação nas áreas federal, cível e trabalhista; (iv) contador autônomo; (v) contador geral da USIBA - Usina Siderúrgica da Bahia S/A jul/77 a jul/78; (vi) membro do grupo de estudos de Práticas Contábeis da Siderbrás Siderurgia Brasileira S/A; (vii) membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Participações Aliança da Bahia, empresa que integra o grupo econômico da Companhia. Não ocupa cargo no Terceiro Setor e não é considerado pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Não	29/03/2018

Nome: Gilberto Braga **CPF:** 595.468.247-04 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 08/10/1960

Experiência Profissional: Consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, comentarista da Rádio CBN, Rádio Roquette Pinto e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e em Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio, em Administração Financeira, e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio. É associado pessoa física do IBGC. Não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/10/2023	até a AGO 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/10/2023	Não	19/10/2023

Nome: José Maria Souza Teixeira Costa **CPF:** 011.051.407-68 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 07/09/1932

Experiência Profissional: Atualmente o Sr. José Maria é membro do Conselho Curador da Fundação Maria Emília e do Conselho de Administração da Aliança da Bahia Agropecuária (controlada da Companhia). Não é considerado pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	1 ano	Vice Presidente Cons. de Administração	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	29/03/1985

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Processos Administrativos	O Sr. José Maria Souza Teixeira Costa foi condenado (i) no PAS CVM nº RJ2012/3110, em que foram apuradas supostas infrações relacionadas a transações com partes relacionadas e a fatos ligados à AGO 2011, tendo sido fixada multa no valor de R\$ 50 mil pelo Colegiado da CVM, mantida pelo CRSFN; (ii) no PAS CVM nº RJ2016/0817, em que foi apurada a responsabilidade pela manutenção injustificada, entre 2010 e 2013, de lucros retidos na AGO de 2009, tendo sido fixada multa no valor de R\$ 100 mil, convertida em advertência pelo CRSFN; e (iii) no PAS CVM SEI 19957.010729/2019-31 (01/2015), por ter participado de votações reservada a acionistas minoritários e preferenciais da Companhia, em assembleias realizadas nos exercícios sociais de 2011, 2014 e 2015, tendo sido fixada multa no valor de R\$ 250 mil pelo Colegiado da CVM, estando pendente de julgamento o recurso apresentado ao CRSFN.

Nome: Manoel Eduardo P. Torres **CPF:** 056.709.005-10 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/03/1949

Experiência Profissional: É bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador-UCSAL, tendo sido Gerente da Área Técnica de Seguros de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais da Companhia de 10.07.1972 até 01.09.2005. Também exerceu a função de assessor da administração da Companhia até setembro de 2008. Foi Gerente da Companhia de Participações Aliança da Bahia de 2009 a 2019 e, atualmente, é Gerente da Agropastoril Vila Real e membro do Conselho Curador da Fundação Maria Emília.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	31/03/2016

Nome: Marcelo da Silva Pinho **CPF:** 241.835.125-49 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 28/06/1962

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo é (i) graduado em Ciências Contábeis; (ii) Sócio Fundador da Marcelo Pinho Contabilidade; (iii) Sócio Administrador da P&P Consultoria e Treinamento Ltda; e (iv) Professor titular na Faculdade Bahiana de Ciências- FABAC das disciplinas Laboratório de Práticas Contábeis e Planejamento Tributário. Foi Chefe de Contabilidade – Controller e Assistente de Diretoria da SARKIS Tecidos Ltda, de 01.11.1990 a 30.11.1993. Além disso, é membro do Conselho Fiscal da Fundação Maria Emília Pedreira Freire de Carvalho e não é considerado pessoa politicamente exposta. / DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS CONDENAÇÕES: Nada a declarar. / CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA: Não se aplica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	31/03/2015

Nome: PAULO CORTIZO ANDION **CPF:** 169.176.425-68 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 02/06/1958

Experiência Profissional: O Sr. Paulo é (i) bacharel em Administração de Empresas – Universidade Federal da Bahia – UFBA, (ii) Mestre em Gestão Empresarial pela Universidade Internacional de Lisboa/Portugal, (iii) Especialista em Marketing – Universidade Salvador UNIFACS, (iv) Diretor de mercado da Varejo 21 – Consultoria e Capacitação Empresarial, desde 01.04.2008; (v) Professor da FACEMP – Faculdade de Ciências e Empreendedorismo, desde 01.02.2010; (vi) Professor de Pós-Graduação da Faculdade Ruy Barbosa, desde 01.03.2008; e (vii) membro do Conselho Fiscal da Companhia de Participações Aliança da Bahia, integrante do grupo econômico da companhia. Além disso, foi Gerente Regional da Nordeste Pirelli Energia de 1998 até 2008. Além disso, é membro do Conselho Fiscal da Fundação Maria Emília Pedreira Freire de Carvalho e não é considerado pessoa politicamente exposta. / DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS CONDENAÇÕES: Nada a declarar. / CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA: Não se aplica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	30/03/2017

Nome: Raimundo Santos Silva **CPF:** 019.930.705-91 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 09/09/1950

Experiência Profissional: O Sr. Raimundo é Professor da Faculdade Visconde de Cairu há mais de 16 anos, e até a presente data, nas áreas de Contabilidade, Gestão de Administração Financeira e Mercado de Capitais, além de ser bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu e em Administração de Empresas pela CEURB – DF/Brasília, com doutorado em Ciências Empresariais. Além disso, é membro do Conselho Fiscal da Fundação Maria Emília Pedreira Freire de Carvalho e não é considerado pessoa politicamente exposta. / DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS CONDENAÇÕES: Nada a declarar. / CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA: Não se aplica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	Pres. C.F.Eleito p/Controlador	Não exerce outro cargo.	30/03/2023	Sim	31/03/2011

Nome: Silvano Gianni **CPF:** 608.694.378-87 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 03/12/1945

Experiência Profissional: Atualmente, além de ocupar o cargo de Presidente e membro independente do Conselho de Administração (para os fins do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22), é sócio e consultor da SG Gestão Empresarial Ltda., membro do Conselho Curador da Fundação Maria Emília e membro do Conselho de Administração da BRASILCAP (desde 2019), coligada da Companhia. Além disso, foi (i) membro do Conselho de Administração da Companhia de 2011 a 2012; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia de Participações Aliança da Bahia, integrante do grupo econômico da Companhia, de 2005 a 2011; (iii) membro do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização de 2008 a 2011, investida da Companhia; (iv) membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Aliança do Brasil de 2004 a 2009; (v) membro do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil; (vi) Chefe de Gabinete da Secretaria do Tesouro Nacional de 1986 a 1998; (vii) Diretor do SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados de 1988 a 1992; (viii) Chefe de Gabinete do Ministro na Casa Civil da Presidência da República de 1995 e 1996; (ix) Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, substituto do Ministro em Câmaras, Conselhos, Comitês, Grupos Executivos, Comissões Técnicas, Grupos de Trabalho e Representações no Exterior, de 1996 a 2002; (x) Diretor-Presidente do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas em 2003 e 2004; Secretário-Geral da ASBACE – Associação Nacional de Bancos, de 2007 a 2010. Não é considerado pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2023	1 Ano	Presidente do Conselho de Administração	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	29/03/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Processos Administrativos

Na qualidade de administrador da Companhia de Participações Aliança da Bahia, foi condenado no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2012/3110, em que foram apuradas supostas infrações relacionadas a transações com partes relacionadas e a fatos ligados à assembleia geral ordinária da Companhia de Participações Aliança da Bahia, realizada em 10.06.2011. O Colegiado da CVM aplicou sanção de multa no valor de R\$ 875 mil, mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Nome: Sionaldo Antonio da Silva Rôxo **CPF:** 065.190.085-91 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 01/04/1954

Experiência Profissional: O Sr. Sionaldo é bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, Mestre em Marketing empresarial pela Faculdade Internacional de Lisboa e pós graduado em Administração Financeira pela Universidade de UNA/MG. É consultor externo do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, consultor técnico da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura, consultor técnico para a Gestão Empresarial de diversas empresas e Professor da UNIJORGE – Universidade Jorge Amado. Não ocupa cargo no Terceiro Setor e não é considerado pessoa politicamente exposta. / DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS CONDENAÇÕES: Nada a declarar. / CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA: Não se aplica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Não exerce outro cargo	30/03/2023	Sim	29/03/2018

Nome: Solon Britto Barretto **CPF:** 295.373.395-72 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 22/07/1964

Experiência Profissional: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Diretor da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, sendo responsável pela gestão de distribuição comercial, desenvolvimento de canais, estruturação de filiais e de equipes comerciais, com foco na expansão e consolidação da Companhia em posição de destaque no mercado. Anteriormente, trabalhou empresas de grande relevância nacional, como o Grupo REPGEN Assessoria (dez./18-set./21), Valle Saúde / Grupo Clivale Mais (jan./16-dez./18), Zurich Vida, Previdência & Capitalização S/A (jan./12-out./15), MetLife Seguros S.A. (ago./06-jan./12), HSBC Seguros Gerais S.A. (abr./00-dez./06), Citibank S.A. (maio/96-abr./00) e Aratu Seguros (ago./90-abr./96). Graduou-se em administração de empresas na UCSAL (1988) e possui MBA em Gestão Securitária e Previdenciária pela UNIFACS (2005) e em Gestão de Pessoas e Negócios pelo Ibmec – São Paulo (2012). Não é considerado pessoa politicamente exposta. / DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS CONDENAÇÕES: Nada a declarar. / CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA: Não se aplica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/04/2023	1 ano	Outros Diretores	Diretor Comercial	12/04/2023	Não	12/05/2022

Nome: Sonia Lucia Nogueira da Silva **CPF:** 042.096.132-15 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 02/11/1953

Experiência Profissional: (i) Graduada em Administração - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Pará - turma de 1978; (ii) Graduada em Ciências Contábeis - Faculdade de Ciências Contábeis – FICM - Belém/PA, turma de 1983; (iii) Pós Graduação em Perícia Contábil Judicial e extra-judicial - Universidade Federal da Bahia – 2004 (iv) Perita Judicial - Justiça Cível Comarca de Salvador e Justiça Federal - Salvador, perícias contábeis e administrativas, tributária, fiscais; (v) Sócio-Gerente Triesse - Consultoria, Mediação, Arbitragem e Perícias Ltda. - atividades: assessoria, consultoria, perícias técnicas, contábeis e administrativas; (vi) Faculdades Unidas Feira de Santana - procuradora institucional MEC(2007 a 2011); (vii) Câmara de Mediação e Arbitragem da Bahia - sócio-fundador, Diretora (1996 a 2003) Presidenta (2003 a 2005); (viii) Banco Central do Brasil (1977 a 1997) - Núcleo de Fiscalização – REFIS - Departamento Regional em Salvador/BA / DESAL - Inspetora / Auditora, Núcleo de Operações Bancárias - NUBAN (Delegacia Regional em Belém/PA); (ix) membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Participações Aliança da Bahia, empresa que integra o grupo econômico da Companhia. Não ocupa cargo no Terceiro Setor e não é considerada pessoa politicamente exposta. / DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS CONDENAÇÕES: Nada a declarar. / CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA: Não se aplica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/03/2023	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	Não exerce outro cargo.	30/03/2023	Não	31/03/2015

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANA MARTA CARVALHO GARCIA **CPF:** 405.859.725-91 **Profissão:** Jornalista **Data de Nascimento:** 17/04/1967

Experiência Profissional: Ana Marta Carvalho Garcia é graduada em Comunicação pela UFBA, pós Graduação em Experiência do Paciente – Hospital Albert Einstein (2021), MBA em Comunicação Empresarial pela ESPM, atuou com comunicação interna e Ouvidoria no Hospital Aliança por 9 anos, foi gerente de Comunicação e Marketing do Sebrae/BA por 18 anos. Desde 2021 atua como Gerente de Comunicação e Recursos Humanos do Grupo Aliança. Ana Marta C. Garcia declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tenha lhe impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2023	2 anos	Comitê de Conduta		24/04/2023	Não	24/04/2023

Nome: JÉSSICA LÍDIA MALHADO **CPF:** 039.898.075-60 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 20/02/1989

Experiência Profissional: A Sra. Jéssica Lídia Malhado é Bacharel em Direito, formada pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL, turma de 2013. Advogada com mais de 10 de experiência, especializada em Direito Civil, com enfoque em Direito de Seguros e Contratos. Declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tenha lhe impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2023	2 anos	Comitê de Conduta		24/04/2023	Não	24/04/2023

Nome: Rodrigo Ribeiro Accioly **CPF:** 855.821.665-72 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 13/03/1976

Experiência Profissional:

O Sr. Rodrigo Ribeiro Accioly é bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia; sócio do escritório de advocacia Castro Oliveira Advogados, Presidente da ABAEC - Associação Brasileira de Advogados de Empresas de Consórcio (2018-), Vice-Presidente da ALBRAE - Aliança Brasileira de Advocacia Empresarial e administrador judicial de diversas empresas. Além disso, é Diretor Estatutário e membro do Comitê de Conduta da Companhia de Participações Aliança da Bahia, e Diretor da Aliança da Bahia Agropecuária S.A. É administrador da Aliança da Bahia Patrimonial Ltda., da AB Engenharia Serviços e Administração Ltda, e da ALBA Participação em Seguradoras LTDA., subsidiárias integrais da Companhia de Participações Aliança da Bahia. Foi Diretor da Companhia de janeiro de 2019 a janeiro de 2024. Atualmente, o Sr. Rodrigo Ribeiro Accioly é diretor Jurídico da Fundação Maria Emília Pedreira Freire de Carvalho entidade sem fins lucrativos integrante do terceiro Setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2023	2 anos	Comitê de Conduta		24/04/2023	Sim	24/04/2023

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022Administrador do Emissor

Rodrigo Ribeiro Accioly
DIRETOR

855.821.665-72
N/A

Prestação de serviço
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADMINISTRADOR

33.226.762/0001-60
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rodrigo Ribeiro Accioly
DIRETOR

855.821.665-72
N/A

Prestação de serviço
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SOCIEDADE AGRÍCOLA SANTA TEREZA LTDA
ADMINISTRADOR

13.591.565/0001-32
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO
DIRETOR PRESIDENTE

173.334.608-27
N/A

Prestação de serviço
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADMINISTRADOR

33.226.762/0001-60
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO DIRETOR PRESIDENTE	173.334.608-27 N/A	Prestação de serviço Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada SOCIEDADE AGRÍCOLA SANTA TEREZA LTDA ADMINISTRADOR	13.591.565/0001-32 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

José Maria Souza Teixeira Costa Membro do Conselho de Administração	011.051.407-68 N/A	Prestação de serviço Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
--	-----------------------	--	----------------------

Pessoa Relacionada

Companhia de Participações Aliança da Bahia Membro do Conselho de Administração	01.938.783/0001-11 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
--	---------------------------	------------------------	--

Observação

A Companhia de Participações Aliança da Bahia é controlada pelo Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho, que também é acionista controlador da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Sendo assim, o Sr. José Maria Souza Teixeira Costa é administrador de sociedades sob o controle comum do Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho.

Administrador do Emissor

JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO Diretor Presidente	173.334.608-27 N/A	Prestação de serviço Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
---	-----------------------	--	--------------------

Pessoa Relacionada

ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA Administrador	33.226.762/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
---	---------------------------	------------------------	--

Observação

N/A

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO	173.334.608-27	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia de Participações Aliança da Bahia	01.938.783/0001-11		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Companhia de Participações Aliança da Bahia é controlada pelo Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho, que também é acionista controlador da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Sendo assim, o Sr. José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho é administrador de sociedades sob o controle comum do Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rodrigo Ribeiro Accioly	855.821.665-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA	33.226.762/0001-60		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rodrigo Ribeiro Accioly	855.821.665-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia de Participações Aliança da Bahia	01.938.783/0001-11		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Companhia de Participações Aliança da Bahia é controlada pelo Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho, que também é acionista controlador da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Sendo assim, o Sr. Rodrigo Ribeiro Accioly é administrador de sociedades sob o controle comum do Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2020**Administrador do Emissor**

José Maria Souza Teixeira Costa	011.051.407-68	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Companhia de Participações Aliança da Bahia	01.938.783/0001-11		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Companhia de Participações Aliança da Bahia é controlada pelo Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho, que também é acionista controlador da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Sendo assim, o Sr. José Maria Souza Teixeira Costa é administrador de sociedades sob o controle comum do Espólio de Paulo Sérgio Freire Gonçalves Tourinho.

Administrador do Emissor

JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO	173.334.608-27	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA	33.226.762/0001-60		
ADMINISTRADOR	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES TOURINHO	173.334.608-27	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SOCIEDADE AGRÍCOLA SANTA TEREZA LTDA	13.591.565/0001-32		
ADMINISTRADOR	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
Rodrigo Ribeiro Accioly	855.821.665-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ADRECOR ADMINISTRAÇÃO LTDA	33.226.762/0001-60		
ADMINISTRADOR	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
Rodrigo Ribeiro Accioly	855.821.665-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SOCIEDADE AGRÍCOLA SANTA TEREZA LTDA	13.591.565/0001-32		
ADMINISTRADOR	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia mantém contrato de seguro junto à AXA XL SEGUROS S/A, na modalidade de RC Administrativo e Diretores – D&O, com prêmio em 2022 no valor total de R\$ 52 mil.

O objetivo do seguro é garantir aos segurados o pagamento, a título de perdas, devido a terceiros (i) pelo próprio segurado, em decorrência de uma reclamação resultante da prática de qualquer ato danoso, ou (ii) pela Companhia, em decorrência de uma reclamação de mercado de capitais. Para esses fins, considera-se:

Perda indenizável (i) os custos de defesa, (ii) indenização em sentença judicial irrecorrível ou decisão arbitral final contra os segurados por conta de atos danosos por eles cometidos, pela qual os segurados sejam legalmente responsáveis; ou (iii) a importância resultante de acordo, desde que firmado com a anuência prévia e por escrito da Seguradora.

Reclamação (i) os processos judiciais, administrativos ou arbitrais contra os segurados, decorrentes de atos danosos e em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária com a Companhia ou devido à desconsideração da personalidade jurídica da Companhia; ou (ii) os processos criminais contra os segurados relacionados a atos danosos.

Reclamação de Mercado de Capitais qualquer reivindicação escrita ou processo judicial cível, administrativo, regulatório ou arbitral, imputando descumprimento de leis, normativos brasileiros ou normas estrangeiras relacionados a valores mobiliários, apresentada por (i) qualquer pessoa física ou jurídica contra a Companhia, (ii) acionista da Companhia com relação aos interesses de tal acionista nos valores mobiliários da Companhia; ou (iii) meio de uma ação social.

Ato danoso qualquer acontecimento que produza danos garantidos pela Apólice e atribuídos, por terceiros prejudicados, à responsabilidade dos segurados, desde que tal acontecimento tenha ocorrido durante os períodos de vigência e de retroatividade, conforme aplicável, e relacione-se ao exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados.

O limite máximo de garantia da apólice vigente é de R\$ 10.000.000,00, observados os sublimites por cobertura contratada.

A contratação do seguro de responsabilidade civil acima referido tem por objetivo assegurar aos administradores o pleno exercício de suas funções, no interesse da Companhia, além de servir como mecanismo de atração e retenção de profissionais.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em atendimento às recomendações do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023- CVM/SEP, a Companhia informa o que se segue com relação às últimas três assembleias realizadas:

AGO 2022		AGE 2022		AGO/E 2023	
Data	Quórum	Data	Quórum	Data	Quórum
30/03/2022	84,12%	30/06/2022	78,24%	30/03/2023	83%

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais qualificados, buscando agregar valor à Companhia.

A Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia esclarece que a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria executiva é fixada por deliberação do Conselho de Administração. Não há participação de comitês.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não existem estudos especificamente encomendados pela Administração para verificação das práticas de mercado, e a remuneração individual dos administradores é definida mediante critérios de desempenho, produtividade, bem como capacidade, dedicação e experiência profissional, tendo como parâmetros o valor global disponível aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e o resultado do exercício anterior, quando aplicável.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia esclarece que o Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da remuneração, ao apresentar a proposta do valor global à assembleia e definir a remuneração individual de cada administrador.

8.1 Política ou prática de remuneração

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração mensal da Administração da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) é composta por uma parcela fixa, correspondente ao pró-labore, que visa a remunerar os administradores levando em consideração as responsabilidades inerentes aos cargos, o porte da Companhia, o tempo dedicado às suas funções, a sua reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Adicionalmente, a Diretoria, observado o disposto no Artigo 152 da Lei das S.A., e a critério do Conselho de Administração, poderá fazer jus ao recebimento de participação nos lucros do exercício social correspondente. Esta participação está prevista no estatuto social da Companhia e não poderá ultrapassar o valor de um décimo dos lucros da Companhia, tampouco o valor total da remuneração fixa de cada administrador, prevalecendo o menor.

Os membros da Diretoria podem receber, ainda, conforme seu desempenho ou diante de metas gerais ou individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração, uma remuneração variável adicional (bônus) ao final do exercício social. Ressaltamos que os membros do Conselho de Administração não recebem, pelo desempenho de suas funções, remuneração superior àquela atribuída aos diretores estatutários da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada em montante não inferior a 10% (dez por cento) da média percebida pela Diretoria, excluído o montante referente à participação nos lucros, e o montante proposto e visa a remunerar os conselheiros levando em consideração a responsabilidade inerente ao cargo de conselheiro fiscal, adequando-o à realidade da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento descrito no item (i) acima na remuneração total dos administradores da Companhia nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

2022					
Órgão	Remuneração Fixa	Participação nos Lucros	Bônus	Benefícios (AMS)	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	0,00%	100 %
Conselho Fiscal	100%	-	-	0,00%	100 %
Diretoria Estatutária	66,44%	-	29,94%	3,62%	100 %

2021					
Órgão	Remuneração Fixa	Participação nos Lucros	Bônus	Benefícios (AMS)	Total
Conselho de Administração	98,24%	-	-	1,76%	100 %
Conselho Fiscal	100%	-	-	0,00%	100 %
Diretoria Estatutária	83,26%	-	12,81%	3,93%	100 %

2020					
Órgão	Remuneração Fixa	Participação nos Lucros	Bônus	Benefícios (AMS)	Total
Conselho de Administração	96,53%	-	-	3,47%	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	91,32%	-	4,94%	3,74%	100%

8.1 Política ou prática de remuneração

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor da remuneração da Administração leva em consideração as responsabilidades requeridas pelo cargo, o porte da Companhia, o tempo dedicado às suas funções, a sua reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A deliberação sobre a distribuição individual do valor aprovado pelos acionistas cabe ao Conselho de Administração da Companhia, à luz dos mesmos critérios.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os principais elementos levados em consideração estão relacionados à responsabilidade e à complexidade do cargo, à capacidade dos administradores, à experiência na condução dos negócios da Companhia e aos resultados obtidos tanto em termos financeiros quanto em relação à imagem e reputação da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá fixar metas de desempenho operacional e financeiro para os fins de atribuição de remuneração variável adicional (bônus) aos Diretores.

ii. **razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração dos administradores, conforme acima descrita, combina elementos visando ao alinhamento de interesses e à manutenção de uma remuneração competitiva, que permita à Companhia atrair e reter administradores, assim como remunerá-los adequadamente conforme a capacidade profissional de cada um, as responsabilidades atribuídas, porte da Companhia e sua nova realidade, bem como o valor criado para a Companhia.

iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros da administração não remunerados pelo emissor.

d. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A remuneração dos administradores pelo exercício do cargo na Companhia é suportada exclusivamente pela Companhia.

e. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

A Companhia não adota esta prática.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.027.754,00	2.246.606,00	170.280,00	3.444.640,00
Benefícios direto e indireto	0,00	120.960,00	0,00	120.960,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.336.354,00	0,00	1.336.354,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		0		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.027.754,00	3.703.920,00	170.280,00	4.901.954,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,75	5,00	11,75
Nº de membros remunerados	3,00	3,75	5,00	11,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	934.319,00	1.874.790,00	226.446,00	3.035.555,00
Benefícios direto e indireto	0,00	102.131,00	0,00	102.131,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	844.836,00	0,00	844.836,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	934.319,00	2.821.757,00	226.446,00	3.982.522,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	5,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	5,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	849.381,00	1.403.155,00	205.860,00	2.458.396,00
Benefícios direto e indireto	15.244,11	66.298,21	0,00	81.542,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	215.870,00	0,00	215.870,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	864.625,11	1.685.323,21	205.860,00	2.755.808,32

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	5,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	5,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	772.937,10	1.232.944,20	196.958,40	2.202.839,70
Benefícios direto e indireto	27.778,00	50.407,00	0,00	78.185,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	66.758,00	0,00	66.758,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros total corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	800.715,10	1.350.109,20	196.958,40	2.347.782,70

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,00		4,00
N° de membros remunerados		4,00		4,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1336354,00		1.336.354,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1336354,00		1.336.354,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,75		3,75
N° de membros remunerados		3,75		3,75
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1274177,00		1.274.177,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1274177,00		1.274.177,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		844836,00		844.836,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,00		3,00
N° de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		215869,00		215.869,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		215869,00		215.869,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		215869,00		215.869,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,00		3,00
N° de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		206534,00		206.534,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		206534,00		206.534,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		66758,00		66.758,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. data de aprovação e órgão responsável; c. número máximo de ações abrangidas; d. número máximo de opções a serem outorgadas; e. condições de aquisição de ações; f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício; h. forma de liquidação; i. restrições à transferência das ações; j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, pois não houve plano de remuneração baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, nem haverá para o exercício corrente.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não houve plano de remuneração baseado em ações nos últimos 3 (três) últimos exercícios sociais, nem haverá para o exercício corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. data de outorga; e. quantidade de opções outorgadas; f. prazo para que as opções se tornem exercíveis; g. prazo máximo para exercício das opções; h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; i. valor justo das opções na data da outorga; j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorgou opções de compra de ações a seus administradores nos últimos 3 exercícios, nem tem planos de outorga de opções de compra de ações abertos para o exercício corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis: i. quantidade, ii. data em que se tornarão exercíveis, iii. prazo máximo para exercício das opções, iv. prazo de restrição à transferência das ações, v. preço médio ponderado de exercício, vi. valor justo das opções no último dia do exercício social; e. em relação às opções exercíveis: i. quantidade, ii. prazo máximo para exercício das opções, iii. prazo de restrição à transferência das ações, iv. preço médio ponderado de exercício, v. valor justo das opções no último dia do exercício social; f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. número de ações; e. preço médio ponderado de exercício; f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, pois não houve remuneração baseada em ações nos últimos 3 (três) exercícios.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável, pois não houve remuneração baseada em ações nos últimos 3 (três) exercícios.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. data de outorga; e. quantidade de ações outorgadas; f. prazo máximo para entrega das ações; g. prazo de restrição à transferência das ações; h. valor justo das ações na data da outorga; i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorgou ações a seus administradores nos últimos 3 exercícios, nem tem planos de outorgar ações para o exercício corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não houve remuneração baseada em ações nos últimos 3 (três) exercícios.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois, como evidenciado nos itens 8.5 a 8.11, não houve qualquer plano de remuneração da Companhia baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

a. Ações emitidas pela Companhia

Órgão	ON	%	PN	%	Total	Total %
Cons. Administração (total)	4.228	0,11	7.210	01,9	11.437	0,15
Participação Direta	4.228	0,11	7.210	0,19	11.437	0,15
Participação Indireta	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Diretoria (total)	1	0,0	4	0,0	5	0,0
Participação Direta	1	0,0	4	0,0	5	0,0
Participação Indireta	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal (total)	32	0,0	432	0,0	464	0,0
Participação Direta	32	0,0	432	0,0	464	0,0
Participação Indireta	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

8.13 Participações detidas por órgão**b. Ações emitidas por sociedades sob controle comum: Companhia de Participações Aliança da Bahia**

Órgão	ON	%	PN	%	Total	Total %
Cons. Administração (total)	279.609	4,35	190.693	2,964	470.302	3,66
Participação Direta	250.875	3,90	138.313	2,15	389.188	3,03
Participação Indireta	33.100	0,51	53.100	0,82	86.200	0,67
Diretoria (total)	12.902	0,20	1.907	0,02	14.809	0,11
Participação Direta	12.902	0,20	1.907	0,02	14.809	0,11
Participação Indireta	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal (total)	54	0	723	0	777	0
Participação Direta	54	0	723	0	777	0
Participação Indireta	0	0	0	0	0	0

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. nome do plano; e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f. condições para se aposentar antecipadamente; g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não oferece planos de previdências para os membros do Conselho de Administração ou Diretoria.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3,75	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,75	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	846.949,04	572.385,00	530.329,92	389.760,80	354.328,00	339.007,50	45.289,20	41.172,00	39.391,68
Valor da menor remuneraçãoReal	729.649,20	556.453,48	365.085,00	187.086,90	170.079,00	162.723,60	45.289,20	41.172,00	39.391,68
Valor médio da remuneraçãoReal	777.382,15	561.774,40	450.036,49	311.439,70	288.208,37	266.905,05	45.289,20	41.172,00	39.391,68

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, já que inexistem, na Companhia, quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício a ser encerrado em 31/12/2023	-	24,93%	-
Exercício encerrado em 31/12/2022	-	26,78%	-
Exercício encerrado em 31/12/2021	-	33,96%	-
Exercício encerrado em 31/12/2020	-	26,74%	-

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Apenas no exercício de 2021, um membro do Conselho de Administração foi remunerado pela Companhia (R\$ 200 mil) por sua atuação como administrador da BRASILCAP Capitalização S.A., em reconhecimento pelos benefícios que sua atuação gerou para a Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve remuneração recebida por membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, paga por controladores, controladas ou sociedades sob controle comum em função do cargo exercido no emissor.

No entanto, alguns dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal exercem cargos em sociedades sob controle comum da Companhia. Com relação a essas funções, os referidos membros receberam, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, as seguintes remunerações:

Remuneração recebida em função do exercício do cargo nas controladas do emissor e sociedades sob controle comum (R\$ mil)

2023	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	206	1.711	209	2.126

2022	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	187	1.517	174	1.878

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	170	2.198	130	2.498

2020	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	163	983	124	1.270

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações julgadas relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
12/04/2021	12/04/2021		
Descrição dos serviços prestados			
(i) Revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais para CVM (1T21, 2T21, 3T21 e DF/21), incluindo questionários prudenciais (Resolução CNSP nº 321/2015) Informações requeridas pelo art. 242 da Circular SUSEP nº 517/15 (Controles internos); (ii) Auditoria dos cálculos mensais do fator de ponderação de risco, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O total dos honorários pagos em 2021 pelos serviços descritos no item (i) acima foi de R\$ 150.000,00. Pelos serviços indicados no item (ii), o total dos honorários pagos em 2022 foi de R\$ 21.717,50.			
Justificativa da substituição			
A contratação da KPMG Auditores Independentes, em substituição à BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, decorre do término do contrato de prestação de serviços, que anuiu devidamente com a sua substituição.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve discordância			

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
12/04/2021	01/01/2022		
Descrição dos serviços prestados			
(i) Revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais para CVM e SUSEP (1T22, 2T22, 3T22 e DF/22), incluindo questionários prudenciais (Resolução CNSP nº 321/2015) Informações requeridas pelo art. 242 da Circular SUSEP nº 517/15 (Controles internos) e Auditoria dos cálculos mensais do fator de ponderação de risco, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15, conforme aditivo de contrato datado em 05/05/2022. (ii) Emissão de Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, elaborado de acordo com o CTG 2002 emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que tem por objetivo atender ao requerimento do artigo 227 da Lei nº 6404 de 1976, utilizado como base para o processo de incorporação, conforme proposta datada em 21 de abril de 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O total dos honorários pagos em 2022 pelos serviços descritos nos itens (i) acima foi de R\$ 219.025,00. Pelos serviços indicados no item (ii), o total dos honorários pagos em 2022 foi de R\$ 39.200 .			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, visto que não houve substituição dos auditores independentes no exercício.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não temos conhecimento de qualquer situação, fato ou circunstância que possa afetar a independência com o nosso auditor externo ou pessoas a eles ligadas, de acordo com o que é definido para a prestação do serviço de auditoria independente previstas em normas e regulamentos da CVM, do CFC ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Adicionalmente, informamos que não houve contratação de serviços que não sejam de auditoria ou outros relacionamentos que possam ter afetado a Independência até a presente data.

O serviço adicional à auditoria independente que foi contratado se refere à emissão de Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, elaborado de acordo com o CTG 2002 emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	2	6	0	0	0
Não-liderança	9	11	0	10	0
TOTAL = 38	11	17	0	10	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	4	1	3	0	0	0
Não-liderança	0	8	3	8	0	10	1
TOTAL = 38	0	12	4	11	0	10	1

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	3	4
Não-liderança	2	12	16
TOTAL = 38	3	15	20

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	6	0	2	0	0
Não-liderança	0	23	0	7	0	0
TOTAL = 38	0	29	0	9	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	8	13	0	8	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	3	4	0	2	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 38	11	17	0	10	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	8	3	9	0	8	1
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	4	1	2	0	2	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 38	0	12	4	11	0	10	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	2	9	18
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	1	6	2
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 38	3	15	20

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

Apresentamos na tabela a seguir o número total de colaboradores relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, por atividade:

Número de Empregados por Atividade			
	2020	2021	2022
Produção	0	0	0
Sinistros	8	6	7
TI	7	7	4
Resseguros	0	0	1
Contabilidade e Financeiro	8	6	5
Outras áreas: Serv. Gerais, Pessoal, Jurídico, Técnico, Emissão, Imobiliário, etc.	13	13	21
Total	36	32	38

Apresentamos na tabela a seguir o número total de colaboradores relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, por região:

Número de Empregados por Atividade			
	2020	2021	2022
Salvador	35	31	20
São Paulo	1	1	18
Total	36	32	38

10.1 Descrição dos recursos humanos

i. identidade autodeclarada de gênero

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. faixa etária

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	6	0	0	0
Não-liderança	9	11	0	10	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	4	1	3	0	0	0
Não-liderança	0	8	3	8	0	10	1

Quantidade de empregados por posição e faixa etária			
	Abaixo de 30	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	3	4
Não-liderança	2	12	16

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	6	0	2	0	0
Não-liderança	0	23	0	7	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	8	13	0	8	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	3	4	0	2	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	8	3	9	0	8	1
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	4	1	2	0	2	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária			
	Abaixo de 30	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	2	9	18
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	1	6	2
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0

iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não existem outros indicadores de diversidade julgados relevantes.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

10.1 Descrição dos recursos humanos

Número de terceirizados			
	2020	2021	2022
Salvador			
Vigilância	8	4	4
Serviços Gerais / Manutenção	10	14	12
São Paulo			
Servente	1	1	1
Vigilância	0	0	0
Total Geral	19	19	17

c. Índice de rotatividade

A taxa de Rotatividade Anual é a soma dos desligamentos (voluntários ou involuntários) de Colaboradores que ocorreram no ano. Os critérios utilizados não incluem os Colaboradores Aposentados por invalidez, Diretores, Estagiários e Adolescente Aprendiz.

Índice de Rotatividade Anual (Turnover)	
Exercício Social	Índice
2022	35,14%
2021	17,65%
2020	30,95%

Notas:

- Cálculos baseados no total de desligamentos no ano / (Total de Colaboradores no início do Exercício + Total de Colaboradores no final do Exercício) / 2, multiplicado por 100;
- Total de Colaboradores no final do Exercício, leva em consideração Colaboradores no início do período, mais contratações de Colaboradores, menos desligamentos de Colaboradores; e
- Os critérios utilizados não incluem os colaboradores aposentados por invalidez, diretores, estagiários e jovens Aprendizes.

A taxa de Rotatividade Mensal é a relação entre admissões e desligamentos (voluntários ou involuntários) de Colaboradores em um determinado período, onde monitoramos esta taxa mensalmente (os critérios utilizados não incluem os Colaboradores Aposentados por invalidez, Diretores, Estagiários e Adolescente Aprendiz).

10.1 Descrição dos recursos humanos

Índice de rotatividade Mensal (Turnover) 2022				
Competência	Movimentação no Mês		Total de colaboradores Empresa	Índice (%)
	Admissões	Demissões		
Janeiro	3	3	35	8,57%
Fevereiro	0	0	35	0,00%
Março	1	1	35	2,86%
Abril	3	1	37	5,41%
Maio	0	3	34	4,41%
Junho	1	0	35	1,43%
Julho	3	0	38	3,95%
Agosto	1	0	39	1,28%
Setembro	0	2	37	2,70%
Outubro	1	1	37	2,70%
Novembro	0	1	36	1,39%
Dezembro	1	0	37	1,35%

Nota:

- Cálculo baseado no total de Colaboradores admitidos no mês, somado à quantidade de Colaboradores demitidos no mesmo mês / 2, depois dividido pelo número de Colaboradores (corresponde ao total de Colaboradores no último dia do mês anterior) da Companhia, multiplicado por 100.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Apesar da taxa indicar um percentual atual, se considera que nos últimos dois anos a empresa está passando por um período de reestruturação. Promovendo a renovação de quadro e reestruturação do negócio, buscando a estabilidade do quadro funcional e competitividade da organização. Implantamos também, em 2022, uma nova estrutura na área de gestão de pessoas com o foco em desenvolver nossos colaboradores e desenvolver estratégias comprometidas com a retenção de nossa equipe.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A política de salários adotada pela Companhia tem como objetivo atrair, aperfeiçoar e reter talentos, buscando motivar e engajar os colaboradores, alinhando seu desenvolvimento às habilidades e competências necessárias. Essa política é cuidadosamente projetada para garantir a credibilidade e a continuidade dos processos, em linha com os objetivos estratégicos da Companhia.

Nossa estratégia de remuneração fixa considera a complexidade das responsabilidades de cada nível e o desempenho individual em relação a essas atribuições. As alterações na remuneração fixa dos colaboradores são determinadas pela Política de Promoção e Mérito, que leva em consideração o cumprimento de metas e objetivos da área e individuais, a qualificação adquirida ao longo da carreira na Companhia e a autonomia do colaborador no exercício de suas atribuições.

A Companhia não adota uma política de remuneração variável para seus colaboradores.

b. política de benefícios

A política de benefícios implantada, e sempre melhorada, da companhia visa garantir aos colaboradores: bem-estar, engajamento, melhora da qualidade de vida e a satisfação da nossa equipe. Consideramos também as condições praticadas no mercado a fim de garantir condições competitivas às empresas concorrentes.

Atualmente contamos com um pacote de benefícios que incluem: **Vale Transporte, Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Assistência Odontológica, Estacionamento e Assistência Médica**, sendo todos os benefícios oferecidos no processo de admissão dos colaboradores.

A Assistência Médica e Assistência Odontológica são oferecidas ao colaborador, com a possibilidade de inclusão dos seus dependentes diretos (cônjuges/companheiras e filhos). A adesão da Assistência Médica, seja somente ao colaborador ou também aos seus dependentes, não oferece nenhum custo ao colaborador – respeitando as regras internas em relação a idade dos filhos.

Em relação à Assistência Odontológica, o colaborador assume o custo pela sua inclusão, como também dos seus dependentes.

O colaborador poderá optar no processo da admissão pelo benefício do Vale Transporte, ou do Estacionamento, caso se desloque com veículo próprio. Ao optar pelo Vale Transporte, o colaborador assume o custo conforme legislação vigente. Optando pelo Estacionamento contribuem com um valor simbólico mensal de R\$ 50,00 por mês.

A concessão da **PLR (Participação dos Lucros e Resultados)** é feita para todos os empregados, exceto aprendizes e estagiários, com base na Cláusula Quinta da Convenção Coletiva de Trabalho de Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Maior remuneração anual individual = 846.949

Mediana remuneração individual = 91.657

Razão = 9,24

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia valoriza a negociação coletiva com representantes sindicais, assim como a liberdade de associação. A maioria dos empregados é contemplada por acordos de negociação coletiva. A Companhia coloca à disposição tempo e local adequados para que os sindicatos busquem entre os empregados a sua associação sindical e é certo que vem cumprindo todos os acordos trabalhistas. Com isto, as negociações são sempre pacíficas, de modo que não há históricos de greves e/ ou contestações nos últimos 3 exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações julgadas relevantes.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política formal de transações com partes relacionadas. A Companhia informa que adota as práticas do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) quanto à realização de transações com partes relacionadas.

Além disso, de acordo com a prática da Companhia, as transações realizadas com partes relacionadas adotam preços e condições compatíveis com as práticas usuais de mercado, quando possível apurados por meio de laudo de avaliação.

Nesse sentido, todas as contratações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas (i) seguem condições regulares e semelhantes a outros contratos celebrados pela Companhia, (ii) apresentam remuneração compatível com os valores comumente adotados no mercado e (iii) são devidamente divulgadas aos acionistas e ao mercado em suas demonstrações financeiras e no Formulário de Referência. Além disso, os administradores que, eventualmente, sejam comuns à Companhia e à parte relacionada são afastados do procedimento de negociação e deliberação da transação.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Companhia de Participações Aliança da Bahia	01/04/2022	98.730,63	0,00	98.730,63	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade de Controle Comum					
Objeto contrato	<p>Contrato de aluguel firmado em 01º de abril de 2022, tendo por objeto a locação do imóvel da Companhia de Participações Aliança da Bahia onde funciona a sede da Companhia de Seguros Aliança da Bahia.</p> <p>O valor do aluguel no exercício foi de R\$ 99 mil, não restando saldo a pagar em 31/12/2022.</p> <p>Em 2021 a Companhia era locatária do imóvel onde funcionava a sede da Companhia de Participações Aliança da Bahia. Houve o distrato do contrato de aluguel em 28 de fevereiro de 2022, sendo recebidos R\$ 15 mil referente ao período de serviços prestados.</p>					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato está ativo e o seu prazo de locação é indeterminado, a contar de 01º de abril de 2022.					
Natureza e razão para a operação	Locação do imóvel comercial de propriedade da Companhia de Participações Aliança da Bahia, situado na Av. Professor Magalhães Neto, nº 1752, 11º andar, Pituba, Salvador BA.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente: n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses; o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:

A Companhia adota medidas para que as transações com partes relacionadas sejam pactuadas em condições estritamente comutativas, de modo a preservar adequadamente o interesse de ambas as partes, seguindo taxas e prazos usuais de mercado ou de transações anteriores celebradas com terceiros, bem como de acordo com princípios de oportunidade e conveniência que a levam a contratar com partes não relacionadas.

Além disso, a Administração entende que seus setores financeiro e operacional, os quais exercem diretamente o controle das respectivas atividades, possuem mecanismos suficientes para garantir que as operações realizadas estejam em condições similares àquelas que poderiam ser estabelecidas com partes não relacionadas.

Relação com a Companhia de Participações Aliança da Bahia:

Contrato de aluguel celebrado com a Companhia de Participações Aliança da Bahia, tendo por objeto a locação, pela companhia, do imóvel onde funcionava a antiga sede da Companhia de Participações Aliança da Bahia. Para estabelecer o valor do aluguel, tomou-se por base o preço de mercado, fornecido por empresa especializada. O valor do aluguel durante o ano de 2020 foi de R\$ 84 mil, em 2021 foi de R\$ 90 mil e no exercício de 2022 foi de R\$ 15 mil. O contrato foi encerrado em 28 de fevereiro de 2022.

Em 01 de abril de 2022, a Companhia firmou contrato de locação de aluguel onde funciona o atual escritório da sede. Para estabelecer o valor do aluguel, tomou-se por base o preço de mercado aplicado na região. O valor da despesa com aluguel durante o ano de 2022 foi de R\$ 99 mil.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados nos dias 17 e 18 de abril de 2023, os Conselhos de Administração da Companhia aprovaram o início de novas negociações no sentido de promover uma reorganização visando à otimização da estrutura societária do Grupo Aliança (“Reorganização”).

A Reorganização envolverá a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Cia Participações”), nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com o conseqüente cancelamento do registro da Companhia de Seguros Aliança da Bahia como companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Caso a Reorganização seja concluída, toda base acionária da Companhia migrará para a Cia Participações e a Companhia se tornará subsidiária integral da Cia. Participações. Em razão disso, há a intenção de se solicitar o cancelamento do registro da ALBA como companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Com a Reorganização, as Companhias buscam racionalizar e unificar as atividades atualmente exercidas, auferindo os benefícios administrativos e econômicos daí resultantes, tais como a simplificação operacional e a redução de custos e gastos administrativos.

Os Conselhos de Administração autorizaram os administradores das respectivas Companhias a negociar os termos e condições para a Reorganização, incluindo a relação de substituição das ações de emissão da Companhia por ações de emissão da Cia. Participações, e sua conclusão dependerá das aprovações societárias e regulatórias exigidas por lei.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/03/2009	Não há capital ainda não integ	100.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
3.840.000	3.840.000	7.680.000	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/03/2009	Não há capital ainda não integ	100.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
3.840.000	3.840.000	7.680.000	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/03/2009		100.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
3.840.000	3.840.000	7.680.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a: a. direito a dividendos; b. direito de voto; c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando: i. condições, ii. efeitos sobre o capital social; d. direitos no reembolso de capital; e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle; f. restrições à circulação; g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; h. possibilidade de resgate de ações, indicando: i. hipóteses de resgate, ii. fórmula de cálculo do valor de resgate; i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação; j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável; k. outras características relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações emitidas em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não há outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação no segmento tradicional da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, muito embora não exista, na presente data, qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia em circulação. A Companhia informa que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2024, a ALBA Participação em Seguradoras Ltda., na qualidade de única acionista da Companhia, aprovou, entre outras matérias, (i) o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, na categoria A, perante a CVM, nos termos do artigo 55, caput e § 1º, da Resolução CVM nº 80/22, sem a necessidade de realização de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro, haja vista a inexistência de valores mobiliários de emissão da Companhia em circulação; e (ii) o cancelamento de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia bem como o cancelamento da listagem da Companhia perante a B3.

Em razão dessas deliberações, a administração da Companhia foi autorizada a submeter à CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta, na categoria A de emissores, e submeter à B3 pedido de cancelamento de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de cancelamento de listagem, bem como a adotar todas as demais providências necessárias para esse fim perante terceiros, incluindo, sem limitação, todas e quaisquer repartições e autoridades públicas, instituições depositárias e entidades prestadoras de serviço de custódia e registro e entidades integrantes do mercado organizado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui valor mobiliário à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Alberto de Figueredo Trindade Filho

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE NOVO OCUPANTE
DO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE**

CARLOS ALBERTO DE FIGUEREDO TRINDADE FILHO, na qualidade de novo Diretor Presidente da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, eleito e empossado em 1º de fevereiro de 2024, declara, para os fins do item 13.2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, que:

- a)** reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência **após a data de sua posse**; e
- b)** todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20.

Salvador, 16 de fevereiro de 2024.


Carlos Alberto de Figueredo Trindade Filho

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaração Individual do Diretor de Relações com Investidores

Augusto César de Carvalho Kruschewsky, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, declara, para os fins do item 13.2 do Anexo C da resolução CVM nº 80/22, que:

- (i) Reviu o conteúdo do formulário de referência;
- (ii) Todas as informações contidas no referido formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Salvador, 31 de maio de 2023.


Augusto César de Carvalho Kruschewsky

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos não são cumulados por um único diretor, *vide* itens 13.1 e 13.2 deste formulário.